



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL  
FACULDADE DE PEDAGOGIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ALCIDES GOMES BATISTA NETO

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO UMA PROPOSTA DE EMANCIPAÇÃO:** os  
impactos educacionais do programa em uma escola pública do município de Mãe do Rio

Castanhal-PA  
2018

ALCIDES GOMES BATISTA NETO

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO UMA PROPOSTA DE EMANCIPAÇÃO: os impactos educacionais do programa em uma escola pública do município de Mãe do Rio**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado na Universidade Federal do Pará, como requisito básico para a obtenção do grau de licenciado no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: professor Dr. Dario Azevedo dos Santos.

Castanhal-PA  
2018

ALCIDES GOMES BATISTA NETO

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO UMA PROPOSTA DE EMANCIPAÇÃO: os impactos educacionais do programa em uma escola pública do município de Mãe do Rio**

Este trabalho foi julgado com o objetivo de obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará do Campus de Castanhal na turma flexibilizada em Mãe do Rio-PA.

BANCA EXAMINADORA:

---

(Orientador)

Prof. Dr. Dário Azevedo dos Santos  
Campus de Castanhal, UFPA

---

(Membro)

Profa. Dra. Eula Regina Lima Nascimento  
Campus de Castanhal, UFPA

---

(Membro)

Prof. Dr. Francisco Valdinei dos Santos Anjos  
Campus de Castanhal, UFPA

Castanhal-PA  
2018

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus pela força, confiança, e companhia que tem me concedido durante o percurso da minha vida e formação, aos meus pais-avós que sempre acreditaram em minha capacidade de emancipar-me socialmente, colocando minha educação em detrimento de outras necessidades e me apoiando pelos caminhos que decidi seguir. Por fim, dedico a todas as pessoas que mesmo diante do pauperismo avassalador causado pelo capitalismo permaneceram resilientes e utópicos, sempre acreditando que dias mais justos seriam possíveis.

## **AGRADECIMENTOS**

Neste momento em que concluo mais uma etapa da minha vida, elevo meus agradecimentos aos sujeitos que mais contribuíram na minha trajetória humana e profissional. Em primeiro lugar, agradeço ao soberano e onisciente Deus, cuidador e pai que me permitiu sempre lutar e conquistar os objetivos a que me propus alcançar.

Agradeço a meus avós Suzana e Raimundo e minha mãe Renilda que sempre dedicaram total atenção e cuidado à minha educação nos momentos de diálogos e conselhos que me fizeram sempre optar pelo caminho da justiça e honestidade.

Agradeço as minha tias e tios e demais familiares que no meu processo de formação humano social foram atenciosos, amigáveis e fraternos, sempre motivando e apoiando minha dedicação aos estudos e conquistas obtidas no decorrer da minha história.

Agradeço a minha namorada e amiga Cristina, que tem me acompanhado e apoiado sempre em minhas escolhas, acreditando na minha capacidade, me estimulando com as mais afetuosas e sinceras palavras, fornecendo seu tempo, carinho, atenção e disposição, ajudando-me a avançar meus projetos, colocando-se como parceira nesta árdua e complexa condição que é a vida.

Agradeço a minha amiga Graça, que nos tempos difíceis tem me ajudado significativamente, contribuindo para a minha permanência e conclusão de mais esta etapa da minha vida.

Agradeço aos amigos João e Miqueias, que sempre se dispuseram a me ajudar nesta trajetória com diálogos, debates e boas conversas, causando nestes momentos bons aprendizados e reflexões para as melhores formas de conduzir nossas ações sociais.

Agradeço a todo o corpo docente do Campus de Castanhal do curso de pedagogia, que sempre agiram com profissionalismo e dedicação total ao ensino-aprendizagem dos discentes da turma, enfatizando sempre a importância da humanidade necessária na presente sociedade.

Agradeço em especial ao professor Renilton Cruz que nas horas vagas sempre abriu espaço para as conversas sobre temáticas de importante relevância social contribuindo desta forma para ampliação do meu senso crítico reflexivo.

Agradeço ao professor Dário Azevedo por ter aceitado o desafio de me orientar neste trabalho que caracteriza o mais importante passo da minha história, por ser requisito da conclusão do meu curso.

Agradeço aos professores João Ramos, Eula Regina e Francisco Anjos que mesmo em meio a dificuldades e problemas sempre estiveram presentes quando solicitados para apoiar ou acompanhar os projetos e planos da turma.

Agradeço as pessoas que aceitaram ser parceiros desta pesquisa, pausando suas obrigações para conceder suas entrevistas, fazendo o projeto de pesquisa ultrapassar o campo das ideias e tornar-se real no físico do papel.

Agradeço a todos os professores e funcionários do ensino infantil fundamental e médio que direta e indiretamente contribuíram para o meu desenvolvimento e progresso educacional e profissional.

Agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente para que este sonho se tornasse possível mesmo diante os entraves e obstáculos encontrados durante a trajetória através de diálogos, debates, investimento financeiro e qualquer outro tipo de apoio.

Finalmente agradeço a Universidade Federal do Pará – Campus de Castanhal por ser cortês, e trazer no exercício de suas ações um novo sentido para que pudesse concluir esta etapa, colaborando substancialmente nesta formação que me faz um sujeito conhecedor de meu potencial profissional e humano.

Nenhuma vitória é conquistada individualmente.  
Obrigado a todos!

GOMES BATISTA NETO, Alcides. **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO UMA PROPOSTA DE EMANCIPAÇÃO: os impactos educacionais do programa em uma escola pública do município de Mãe do Rio- PA.** 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Pará, Castanhal, Pará, 2018.

### RESUMO

Dentre as lutas travadas no campo do Estado Moderno capitalista entre dominantes e dominados têm-se ganhado destaque a resistência dos sujeitos que clamam por qualidade de vida, e com isso se aumentou a atenção aos fatores que interrompem o êxito do estado de bem-estar. Entre os fatores mais comuns, podem ser citados a fome e os baixos índices de educação presentes nas múltiplas sociedades que para melhorar os índices negativos tem adotado as Políticas de Transferência de Renda. Perante esta compreensão, o objetivo deste trabalho é evidenciar os impactos educacionais causados pelo Programa Bolsa Família em uma escola pública no município de Mãe do Rio-PA. Para fazer esta análise, foi necessário compreender como as políticas públicas nascem, porque elas são necessárias e qual concepção de Estado as sustentam. Para tanto, partiu-se da macroestrutura estatal, que trata da gênese e fundamentos do Estado Moderno segundo a visão marxiana, os fundamentos e história da política social segundo Elaine Behring e Ivanete Boschetti, a origem e hegemonia neoliberal no Estado capitalista desde a década de 80 segundo as visões de Perry Anderson e Ricardo Antunes e as lutas pela implementação dos programas de transferência de renda no Brasil nas análises de Maria Ozanira Silva e outros autores. Para metodologia usou-se a abordagem qualitativa, fazendo um levantamento bibliográfico e exploratório dos dados, tratando destes como estudo de caso por este método não interferir no resultado, mas revelar a perspectiva dos sujeitos envolvidos quanto a problemática. Os sujeitos envolvidos formaram três categorias entre professores, alunos e responsáveis familiares que tem direta ou próxima relação com o Bolsa Família, totalizando 23 entrevistas. Os resultados apontaram impactos positivos na educação da maioria dos sujeitos, mas também problemas citados de relevante atenção governamental e social.

Palavras chaves: Educação, Bolsa Família, Direitos Sociais.

GOMES BATISTA NETO, Alcides. **THE FAMILY BAG PROGRAM AS A PROPOSAL FOR EMANCIPATION: the educational impacts of the program in a public school in the municipality of Mãe do Rio-PA.** 76 f. Course Completion Work (Licenciatura in Pedagogy) - Federal University of Pará, Castanhal, Pará, 2018.

### ABSTRACT

Among the struggles in the field of the capitalist modern state between dominants and dominated, there is a highlight on the resistance of the individuals who claim for life quality. In this context, has increased the attention to the factors that interrupt well-being state achievement. Amid the most common factors, I shall cite hunger and low indexes of education, that are present on the multiple societies, who on the aim to improve negative indexes have adopted the Income Transference Policies. In the face of such a comprehension, the purpose of this study is to emphasize the educational impacts caused by the Program “Family Grant”<sup>1</sup> in a public school located on the municipality of Mãe do Rio, in the state of Pará, Brazil. To perform this analysis, it was necessary to understand how public policies are created, why are they needed, and which state conception support them. Starting by state macrostructure, that treats the genesis and fundamentals of Modern State based on the Marxist perspective, the fundamentals and social policies history according to Elaine Behring and Ivanete Boschetti, the origin and neoliberal hegemony in the Capitalist State since the 80’s, according to the perspectives of Perry Anderson and Ricardo Antunes, and finally, the fights for the implementation of Income Transference Programs in Brazil, through the analysis of Maria Ozanira Silva and other authors. As methodology, qualitative approach was applied, performing literature survey, treating the data as a case study, once this method does not interfere on the results, but reveals the perspective of the subjects involved about the problematics. The subjects involved formed three categories: teachers, students, and guardians, who have direct or close relation to the program “Family Grant”, totalizing 23 interviews. The results pointed out positive impacts of most of the subject’s education, but also showed problems of relevant attention in the governmental and social fields.

Key-words: Education. Family Grant. Social Rights.

---

<sup>1</sup> A Brazilian government social program that contributes with incomes to poorer families, aiming to grant the children the right to attend school.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 PANORAMA HISTÓRICO DA GÊNESE DO MUNICÍPIO DE MÃE DO RIO E SUAS ATUAIS MUDANÇAS HISTÓRICAS.....</b>	<b>14</b>
<b>2 METODOLOGIA DA PESQUISA E APORTE TEÓRICO.....</b>	<b>20</b>
2.1 Instrumentos da pesquisa.....	22
2.1.2 Os sujeitos e a aplicação dos instrumentos.....	22
2.1.3 Lócus da pesquisa.....	23
2.1.4 Tratamento dos dados.....	23
2.1.4 Aspectos teóricos da pesquisa.....	24
<b>3 CONCEPÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA SOBRE A FUNÇÃO DO ESTADO EM MARX: uma tentativa de revisão atualizada ancorado nos PBF no município de Mãe do Rio.....</b>	<b>26</b>
3.2 A Política Social no Estado capitalista.....	29
3.3 Os Antagonismos do Estado Capitalista Neoliberal.....	32
3.3.1 O Estado brasileiro e as políticas neoliberais.....	37
<b>4 A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.....</b>	<b>42</b>
4.1 A pobreza como consequência nefasta do sistema econômico capitalista e as lutas sociais pela conquista dos Programas de Transferência de Renda.....	42
4.2 Os Programas de Transferência de Renda como política social do estado brasileiro.....	47
4.3 O Programa Bolsa Família.....	51
4.3.1 Os critérios para seleção dos beneficiários.....	52
4.3.2 Os tipos de benefícios do PBF.....	53
4.3.4 As Condicionalidades do PBF.....	54
4.3.5 Características sobre o bolsa família em Mãe do Rio.....	55
<b>5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>57</b>
5.1 O PBF na perspectiva dos sujeitos.....	57
5.2 O PBF e o impacto na formação escolar.....	60
5.3 Impactos do PBF para além da escola.....	65
<b>6 ABORDAGENS CONCLUSIVAS.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>74</b>

## INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, vêm-se discutindo a questão da desigualdade social no Brasil, e esta discussão tem direcionado o destaque para as catastróficas condições em que vivem as pessoas classificadas como miseráveis ou pobres. No tocante a esta problemática, é importante destacar que as insatisfações presentes no campo ideológico e político sobre a desigualdade social praticadas pelos governos no Brasil, são datadas pelas primeiras manifestações que buscavam a garantia por políticas de transferência de renda na década de 1970. Todavia, é importante ressaltar, que a pobreza foi conceituada histórica e estrategicamente pelo Estado como condição natural por muito tempo, o que de certa forma contribuiu para o fortalecimento de sua existência, tornando-a mais prejudicial e imponente mesmo nas sociedades mais desenvolvidas.

Nessa mesma direção, é possível ainda perceber que apesar dos índices de desenvolvimento alcançados, os avanços e evoluções tecnológicas que o Estado tem conquistado, esta problemática, segundo estudos e pesquisas tem sido amplificada em alguns governos, e até tratada com menor atenção por outros. Algo inesperado e contrário mediante as “conquistas” que sempre foram colocadas como sinônimos de desenvolvimento e crescimento alcançados pelo Estado que através das suas representações governamentais, em discursos progressistas sempre “defendeu” a classe subalterna com propostas de alcançar a equalização social.

Com isso, o que era para causar o avanço e inclusão social da classe subalterna, tem se colocado cada vez mais antagônico ao que esta classe tem esperado. Para maior ênfase, as diferenças entre as classes sociais poderiam ser comparadas aos costumes e culturas, ao acesso aos bens materiais como produtos eletrônicos, eletrodomésticos, condições de habitação, meios de transporte e até mesmo viagens. Entretanto, nos últimos anos, as pesquisas têm comparado a desigualdade social pelos dados que mostram quem se alimenta ou não, quem vai à escola, quem tem acesso aos serviços de saúde, enfim, quem tem acesso a serviços sociais mínimos. No entanto, o que tem assustado os estudiosos e pesquisadores, não são os critérios adotados para classificar a desigualdade social. Todavia, a maneira como as doutrinas econômicas e os defensores do capitalismo vocifera contra a garantia das políticas sociais para a classe carente.

Para se ter uma compreensão mais explícita a respeito da dimensão da disparidade econômica entre os pobres e ricos no mundo, um estudo feito pela ONG<sup>1</sup> britânica Oxfam

---

<sup>1</sup> A Organização não Governamental Oxfam é uma confederação global que tem como objetivo combater a pobreza, as desigualdades e as injustiças em todo o mundo. Esta é composta por 20 organizações que atualmente vem desenvolvendo seus trabalhos em 94 países. Contudo, um dos objetivos primordiais que reúne milhares de

publicado pela EBC Agência Brasil<sup>2</sup> mostrou que 82% de toda a riqueza produzida no mundo em 2017 ficou nas mãos de apenas 1% da população mais rica, enquanto a população pobre que corresponde 3,7 bilhões não ficou com nada. O mesmo estudo ainda mostrou que no período de 2017, houve um grande aumento de bilionários no planeta, e que apenas com esse aumento seria possível acabar por sete vezes a extrema pobreza mundial. Se direcionarmos o olhar para o Brasil, este ganhou 12 bilionários a mais em 2017. Um ano em que enquanto se ouvia o discurso de crise pelos quatro cantos do país a população mais pobre que corresponde a 50%, tinha sua renda reduzida de 2,7% para 2%, enquanto os mais ricos alcançavam um patrimônio de R\$ 549 bilhões, algo que reflete em um aumento de 13% se comparado ao ano de 2016.

Com base nos dados expostos, é possível afirmar que as ações desta crise, na sua magnitude, deixaram à margem do pauperismo aqueles que já não tinham quase nada, e mais ricos aqueles que já tinham muito mais do que qualquer um poderia precisar. Contudo, importa ressaltar que este é um dos princípios para o bom funcionamento do mercado capitalista. Uma doutrina competitiva, combativa, seletiva, exclusiva, enfim, imersiva dos mais fracos ao ócio. Enquanto os atingidos pela meritocracia avançam como inabaláveis vencedores, unicamente responsáveis pelo seu glorioso sucesso.

Sob esta ótica do discurso da penúria econômica que serve de justificativa para as ações imprudentes da política legislativa brasileira contra os investimentos em educação, saúde, pesquisa tecnológica e até mesmo cultura, podemos afirmar que o momento presente realmente é de crise. Entretanto se faz necessário questionar a que tipologia esta crise pertence? Uma crise que estranhamente tem nos atingido física e moralmente, mesmo havendo resistência, lutas, movimentos e discursos que comprovem a necessidade de se efetivar nossos direitos garantidos constitucionalmente.

Assim, partindo do pressuposto da desigualdade social que cada vez mais se agravou perante as crises econômicas surgidas no Estado, este estudo buscará analisar a medida encontrada pelo estado brasileiro para enfrentar e talvez superar o fenômeno da pobreza, da fome e da miséria no país. No entanto, para fazer esta análise será preciso a priori conhecer e compreender as funções e ações do Estado Moderno em Marx, (fazendo uma abordagem teórica e histórica do mesmo) a política social, os antagonismos do estado neoliberal e os programas de transferência de renda, especificamente o Programa Bolsa Família.

---

funcionários e voluntários, é de dar alívio a milhões de pessoas em situação de emergência e contribuir para a transformação social com base nos direitos humanos e no desenvolvimento justo e igualitário. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/quem-somos/oxfam-brasil>.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Nesta direção, como o objetivo de apresentar o que será discutido neste trabalho, iniciemos afirmando que o primeiro capítulo traz como título *O município de Mãe do Rio* – Este capítulo buscará descrever o lócus desta pesquisa, focalizando a descrição sobre as particularidades geográficas, os dados sobre economia e educação. Além disso, será feito um arcabouço histórico, destacando o período de origem, os embates, as lutas pela emancipação municipal as conquistas que hoje o constituíram como município.

O segundo capítulo traz como título: *As bases metodológicas e os aportes teóricos aderidos pela pesquisa* – Nesta parte a discussão abordará que metodologia foi adotada para a realização deste trabalho, destacando a justificativa de escolha dos sujeitos, os instrumentos adotados e por fim o referencial teórico que sustentará a discussão deste trabalho.

O terceiro capítulo traz as categorias teóricas que sustentam este trabalho, intitulado de *Concepção teórica e histórica sobre a função do Estado em Marx: uma tentativa de revisão atualizada ancorado no PBF no município de Mãe do Rio*. Neste será feita a análise que aborda o seio de nascimento do Estado Moderno Capitalista (abordagem teórica e histórica) e os objetivos deste segundo a visão de Marx. Além disso, será feita a relação do capitalismo com a política social onde buscará compreender as ações do Estado perante a política social, a pobreza, a desigualdade social e o tratamento ofertado para as classes que o compõem. Para esta compreensão, os escritos de Marx abordarão o Estado como classista, nascido no âmbito das lutas de classes, instituído com o propósito de mediar estas lutas e atender as necessidades destacadas por cada classe. No entanto, o Estado por nascer das ideologias dominantes da classe burguesa, nasce para atender as necessidades e objetivos desta classe, por esta ser a dominante.

O quarto capítulo traz o título *A Implementação dos Programas de Transferência de Renda no Brasil* – Nesta parte será feita a abordagem que data a história das políticas de transferência de renda no Brasil iniciadas como ações independentes e filantrópicas, desligadas das esferas estatais com o objetivo de mitigar a fome e a extrema pobreza no Brasil. Nesta abordagem, também será possível explicitar o conceito da pobreza como um fenômeno causado pela lógica do sistema capitalista e não como condição natural. Com isso será feita menção ao desenvolvimento destas políticas que cresceram após os movimentos e ações da classe proletária brasileira, a qual buscava no contexto das injustiças sociais alcançar como garantia a seguridade social, de maneira que esta pudesse ampará-las do declínio que o capitalismo estava colocando-as. Neste cenário será feita a descrição teórica que justifique a necessidade dos Programas de Transferência de Renda e a evolução histórica destes programas no Brasil até a chegada do atual Programa Bolsa Família.

Na sequência, teremos o quinto e último capítulo *Análise dos Dados*, este tratará da análise dos dados coletados que servirão para responder o problema desta pesquisa que tem como problema a pergunta: Quais os impactos educacionais do Programa Bolsa Família em uma Escola Pública do município de Mãe do Rio?

## CAPÍTULO 1 – PANORAMA HISTÓRICO DA GÊNESE DO MUNICÍPIO DE MÃE DO RIO E SUAS ATUAIS MUDANÇAS HISTÓRICAS

*O estandarte que teu mastro ostenta, simboliza o progresso eficaz, emergente da alma do teu povo, por anelo de amor e de Paz. Teu lindo céu é teu verde tão puro, revelam a glória que tem teu futuro.*

*(Cleucydia Costa/ Manoel Cruz)*

Este capítulo tem por objetivo descrever as características geográficas, econômicas e educacionais do município de Mãe do Rio, como pressuposto para conhecer o local escolhido para a realização desta pesquisa. Além disso, no mesmo, buscaremos descrever a origem histórica do surgimento do município, destacando sua evolução social no cenário de disputa econômica de exploração do mesmo.

O município de Mãe do Rio encontra-se à leste do estado do Pará, na mesorregião do nordeste paraense, microrregião do Guamá, região norte do país. De acordo com o Censo de 2010 levantado pelo IBGE<sup>3</sup>, sua população é de aproximadamente 27.904 pessoas com estimativa para 2017 de 29.260 habitantes. A sua extensão territorial corresponde a aproximadamente 469.492 km<sup>2</sup>, apresentando uma densidade demográfica de 59,43 hab/km<sup>2</sup>. No que se refere à economia, o município apresenta um PIB per capita de R\$ 9603,28 ocupando com isso a 2ª colocação se comparado a microrregião de 13 municípios e a 60ª em um total de 144 municípios do estado paraense.

No tocante a educação, no que se refere aos dados do IBGE, estes apresentam as notas alcançadas pelo município no IDEB<sup>4</sup> de 2015 quando os alunos de ensino fundamental das séries iniciais (1º ao 5º ano) alcançaram a nota de 4,5 e das séries finais (6º ao 9º ano) 3,9. No que tange a taxa de escolarização de 6 a 14 anos, esta corresponde a 96,5% da população.

---

<sup>3</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é um instituto público da administração federal brasileira criada em 1934 e instalada em 1936 com o nome de *Instituto Nacional de Estatística*. [...] O IBGE tem atribuições ligadas às geociências e estatísticas sociais, demográficas e econômicas, o que inclui realizar censos e organizar as informações obtidas nesses censos, para suprir órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal, e para outras instituições e o público em geral. (Disponível em: [www.wikipédia.com.br](http://www.wikipédia.com.br)). Acesso em 25 set. 2018.

<sup>4</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é um indicador criado pelo governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas. O último IDEB, realizado em 2017, declara a nota do Brasil sendo 5,8 nos anos iniciais, 4,7 nos anos finais e 3,8 no Ensino Médio (Disponível em: [www.wikipédia.com.br](http://www.wikipédia.com.br)). Acesso em 25 set. 2018.

Referente aos dados do IDEB de 2017 organizados pela fundação Lemann e Meritt e publicados pelo Portal QEDu, Mãe do Rio possuía 17 escolas na zona urbana e rural. O gentílico da cidade é o mãe-riense, seu lema é Gerar, Crescer, Multiplicar.

No entanto, é importante salientar que nem sempre Mãe do Rio teve essas características apresentadas.

A história que segundo Paixão e Oliveira (2009) contam acerca da origem do município de Mãe do Rio, recorda que diante do plano de metas estabelecidas pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek, dentre os quais havia o projeto de construir a rodovia Belém-Brasília e através desta, buscar a integração da região norte ao restante do país, podemos com base nestas afirmações iniciar dizendo que com a abertura da rodovia Belém-Brasília na década de 1950, que possibilitou o surgimento de vários novos povoados, foi dentre estes que surgiu a vila do Km 48, a qual é hoje o município de Mãe do Rio.

Assim, como na maioria dos casos, na época, o pequeno vilarejo habitado e nomeado de Km 48 pertencia ao município vizinho de Irituia do Pará e conforme as narrativas apresentadas pelas autoras, na época anterior a construção da rodovia BR-010, o que havia neste espaço era apenas uma grande mata preservada, que só mudou sua aparência mesmo que paulatinamente a partir da chegada de moradores e construções de pequenas habitações que visavam colonizar a área. Esta colonização foi iniciada segundo as autoras no período entre 1958 e 1959. Sobre esta colonização que trouxe os primeiros habitantes, as autoras afirmam que: “A princípio vieram os caçadores depois os cassacos (trabalhadores braçais), os agricultores e os comerciantes que, pela necessidade de sobrevivência, chegaram neste local oriundos do município de Irituia, São Miguel do Guamá, Castanhal e também da Região Nordeste do país”. (Paixão e Oliveira, 2009, p. 94).

As primeiras habitações, obedecendo as condições financeiras que os moradores enfrentavam, eram pequenos barracos cobertos com palhas ou cavacos. O acesso a serviços de transporte era mínimo e raro, e a acesso a produtos industrializados só era possível nos municípios vizinhos. Mesmo com a ausência de transportes, o vilarejo foi crescendo e recebendo cada vez mais moradores, inclusive as instituições religiosas, tanto católicas quanto evangélicas. Todavia, mesmo com a chegada de muitas pessoas ao lugar, as autoras chamam atenção que:

Muitos do que vieram não fizeram residência por muito tempo por não suportarem as dificuldades, como acontece sempre em qualquer local onde tudo está apenas começando. E os que ficaram contribuíram com o crescimento do povoado, enfrentando o desconhecido e não se deixando vencer pelo desânimo que diversas vezes se fez presente, exercendo atividades agrícolas de subsistência e comerciais. (PAIXÃO e OLIVEIRA, 2009, p. 95).

Como é possível notar, a pobreza já se expressava como um obstáculo para a sobrevivência das pessoas fazendo com que a produção e trabalho da época fosse direcionada apenas para a garantia da sobrevivência e preservação da vida, o que deixava como prioridade a alimentação e posterior a essa, os serviços como educação, saúde, dentre outros. No entanto, a respeito da educação, a vila atendia esta demanda através dos trabalhos de algumas professoras, as quais trabalhavam ministrando aulas na casa da professora Josefa Pina o que não possível continuar mediante o crescimento da população e demanda alunos, sendo necessário construir um barracão que atendesse as crianças e adolescentes entre 7 a 14 anos.

Nesta época, a educação focava-se na preservação de valores e princípios éticos e morais, e no contexto das aulas, o aprendizado girava em torno da leitura e escrita, além dos conhecimentos matemáticos referentes as quatro operações. Contudo, apesar do barracão ter sido escolhido e criado como alternativa para suprir as necessidades da demanda apresentada, este também não permaneceu por muito tempo, pois a busca pelo acesso à educação crescia conforme a população. Com isso, buscou-se ajuda da elite local, a esfera municipal e estadual para construir a primeira escola do município.

Neste cenário, em 7 de junho de 1969 era construído o primeiro estabelecimento de ensino público do povoado, o Grupo Escolar Olavo Bilac, com a capacidade de 15 turmas, sendo 5 turmas a cada turno, trabalhando a educação de 1ª a 4ª série, localizada na Avenida Castelo Branco. Porém é importante lembrar que no ano anterior, no âmbito privado, era construída também a primeira escola, sendo esta a Escola Maria Goretti em 21 de abril de 1968. A partir destas pioneiras, foram sendo construídas novas escolas conforme a demanda aumentava e o povoado que começara a funcionar não mais como uma colônia, mas um município.

Nesta direção, Mãe do Rio funcionava com força e fôlego, a população aumentava e com isso a vila se desenvolvia com promessas de prosperidade para seus novos moradores instalando no seio de seu crescimento a expansão comercial e o fortalecimento da agricultura, o que com pouco tempo já apresentava características urbanas. Oliveira e Paixão chamam atenção dizendo que:

Em seis anos de surgimento o povoado já possuía uma feira livre, onde eram comercializados produtos agrícolas como: arroz, milho, mandioca e malva, esta última tida como a principal atividade comercial na época. Nesta feira eram expostos também produtos típicos nordestinos como: redes de dormir, rapadura e produtos do sul como bugigangas de plásticos, tecidos e outros. Os produtos comercializados eram consumidos não só pela população da vila, mas também por grande parte das áreas rurais adjacentes. (PAIXÃO e OLIVEIRA, 2009, p. 101).

Diante as afirmações, nota-se que o povoado que ao pouco se expandia, mesmo com pouco tempo de seu surgimento, já se mostrava próspero para investimento e desenvolvimento. Pois como percebemos, os produtos presentes nas feiras não eram apenas locais, mas inter-regionais como os produtos da região sul e nordeste. Esta última apresentando grande influência na cultura local do município. Um exemplo disso, são as cavalgadas e festas de caráter nordestino realizadas anualmente na cidade. Outra observação para fortalecer este exemplo é que Mãe do Rio é conhecida em muitos lugares como a Terra da Vaquejada<sup>5</sup>.

Com a expansão comercial dos produtos agrícolas e a necessidade de exportação destes, surgiu neste momento a oportunidade empregatícia em um novo setor que denominava seus funcionários como lambaios ou chapas.<sup>6</sup> Uma importante observação que as autoras fazem a respeito dessa profissão que buscava garantir o sustento das famílias dos protagonistas que exerciam esta profissão mostra que:

Os filhos destes trabalhadores também contribuía na renda familiar com a venda nas ruas de chope, bolo, croquete, tapioca e outros. Por conta da necessidade de sobrevivência, a maioria dos filhos dos primeiros chapas não concluíram seus estudos, acabando por exercer o mesmo tipo de trabalho que os pais (OLIVEIRA e SILVA, 2009, p. 102).

Diante o exposto, acerca dos acontecimentos com os filhos dos primeiros chapas, podemos considerar que houve a efetivação do que muitos denominam de ciclo da pobreza. Ou seja, as famílias que se sujeitavam ao trabalho de seus patriarcas como chapas e seus filhos como vendedores ambulantes de produtos comercializados em casa para garantir o sustento mínimo da alimentação dentre outras necessidades e que desta forma colocavam a educação formal como secundária as atividades das crianças e adolescentes recebeu no cerne de sua transição histórica a herança da pobreza geracional. Este acontecimento como cita as autoras pode ser justificado pela ausência de formação nos estudos dos sujeitos afetados.

Seguidamente ao crescimento do comercio de agricultura, optou-se pela abertura de novas casas comerciais no povoado, que atraíam a clientela pela grande variedade de produtos que iam desde os alimentos até as bebidas alcoólicas. Outro ramo comercial a ser destacado pela sua considerável expressão é a venda de carne bovina, haja vista que a segundo as autoras a principal atividade econômica municipal é a pecuária. As autoras ainda atentam para o fato de que:

---

<sup>5</sup> Esta alcunha recebida por Mãe do Rio refere-se ao fato da cidade ter sediado dezenas de vaquejadas consecutivas, atraindo públicos de diversas regiões com participações de personalidades de todo o Brasil, destacando-se em um ano de sua realização com uma das maiores premiações já vistas em vaquejadas.

<sup>6</sup> Lambaios ou chapas são os sujeitos responsáveis pelo carregamento ou descarregamento de produtos agrícolas como farinha, milho, arroz. Esta profissão ainda existe até hoje e pode ser claramente percebida nos dias se sábado em que se realiza a feira municipal no galpão do agricultor.

A formação dessa região com base na atividade agrícola familiar não é algo recente, pois iniciou-se desde as primeiras explorações da área, com a abertura da rodovia Belém-Brasília. Entretanto, devido a falta de apoio do governo, esta atividade acabou cedendo espaço à exploração madeireira e pecuarista, que em poucas décadas transformou a economia da região, tornando-a uma economia extrativista industrial voltada exclusivamente para o setor madeireiro (PAIXÃO e OLIVEIRA, 2009, p. 103).

Esta cultura de exploração madeireira e pecuária se espalhou não apenas por Mãe do Rio. Mas por quase todo o estado paraense, o que ocasionou nos grandes índices que apontam os impactos causados pelo desmatamento. As autoras ainda chamam atenção pelo caos causado por estas medidas adotadas. Este caos se refere, tanto no desenvolvimento não sustentado como já foi citado como também na economia local do povoado, ocasionado desta forma “o decréscimo comercial e populacional urbano na década de 90” (PAIXÃO e OLIVEIRA, 2009, P. 104).

Outro ponto importante a ser considerado, é o destaque dado aos pontos mais importantes da época. As autoras afirmam que:

A cantina, o pau-de-arara, o boteco, eram elementos bastante comuns que representavam parte significativa no dia-a-dia dos habitantes do minúsculo povoado. A cantina, local em que havia uma variedade de gêneros alimentícios e até cachaça; a usina, onde beneficiavam o arroz cultivado, para posterior comercialização e consumo; o boteco, que servia de ponto de alimentação para aqueles que passavam pela rodovia e por sinal a mesma em que transitavam os paus-de-arara, único meio de transporte nesta região a princípio e a loja que vendia “fazenda” para confecção de roupas. Estes elementos propiciaram o crescimento econômico de alguns dos seus habitantes (PAIXÃO e OLIVEIRA, 2009, p. 104).

Neste cenário de poucas opções de trabalho, educação, transporte e entretenimento, o povoado foi se desenvolvendo. De maneira gradativa, mas significativa para o seu processo de emancipação. Este caminho iniciou com a formação de alguns clubes educativos que tinham como objetivo educar jovens e adultos. Para isso, era usada a metodologia freireana e com o fortalecimento destes grupos, houve a abertura para a origem do movimento sindical no povoado. A ideia primordial era ofertar cursos educativos que pudessem capacitar os homens para trabalhos braçais e a mulher para trabalhos do lar como corte e costura, dentre outros.

Assim, com o crescente desenvolvimento e criação própria de cultura e costumes, o povoado do Km 48 que já não conseguia mais compartilhar das ideologias de Irituia desejava ser desmembrado e emancipado através da elaboração de um abaixo-assinado entre 1970 e 1972. Contudo as autoras ressaltam que isto não foi possível, por que nesta época reinava a ditadura no país. Em 1984 uma nova tentativa foi registrada, todavia, desta vez estava mais bem articulada representada pelo Projeto de Lei nº 80/84 defendido pela deputada estadual Maria de Nazaré Barbosa que:

[...] tinha como pressuposto, a criação do novo município, ressaltando-se ainda que este não precisaria preencher os requisitos legais prescritos na Lei nº 4.827/79 e Complementar nº39/80. O referido Projeto de Lei determinava ainda em seu artigo 2º, que o prefeito do novo município seria nomeado pelo Governador do Estado, porém, continuaria pertencendo judicialmente ao município de Irituia, até que se criasse a divisão territorial judiciária para o mesmo (PAIXÃO e OLIVEIRA, 2009, p. 108).

A partir deste movimento, o povoado ainda passou por inúmeras avaliações requeridas pelo estado para identificar os índices que a população e a economia atingia no município. Esta dentre outras lutas que perduraram pelos anos seguintes, não conseguiram enfraquecer as lutas da população que pode finalmente alcançar em 1988 a emancipação de Mãe do Rio. As autoras, explicando de forma mais clara afirmam que:

[...] no dia 11 de maio de 1988 o Governador do Estado do Pará, Hélio da Mota Gueiros, comunica a Assembleia Legislativa do Estado do Pará que foi sancionada e assinada a Lei que emancipou Mãe do Rio e que foi publicada no Diário oficial do dia 12 de maio de 1988. No mesmo período foram emancipados 17 novos municípios (PAIXÃO e OLIVEIRA, 2009, p. 136).

Após a emancipação, o agora já município de Mãe do Rio, que recebeu este nome pelo rio que o corta desde suas extremidades ao seu cerne, continuou seu crescimento e desenvolvimento, comprovando a capacidade e competência de se manter social e economicamente diante os desafios encontrados no sistema econômico que direciona e gerencia os passos do nosso país.

## CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DA PESQUISA E APORTE TEÓRICO

*Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino.*

*(Paulo Freire)*

Este capítulo busca descrever os procedimentos metodológicos que foram adotados para a realização desta pesquisa, com a tentativa de fazer ênfase sobre os acontecimentos e obstáculos encontrados na trajetória de coleta e análise de dados. Para tanto, busca-se apresentar as justificativas teóricas que delinearão o percurso da pesquisa com a tentativa de encontrar a resposta para a problemática sobre os impactos educacionais do programa bolsa família no município de Mãe do Rio.

Desta forma, percebendo o aumento da frequência de debates que têm sido levantados nos últimos anos sobre os programas de transferência de renda, essencialmente o Bolsa Família, com discursos que ora elogiam o programa, ora o atacam, despertou-me o interesse de buscar compreender como tem funcionado o programa e que relevância educacional o mesmo têm trazido para as famílias que dele se beneficiam.

Sendo assim, este trabalho é fruto da inquietação de se buscar respostas iniciais que justifiquem a criação e atuação de um programa de transferência de renda para a população hoje encontrada em situação de pobreza e extrema pobreza, procurando desta forma entender que relações e contribuições o bolsa família trouxe para a educação. Isto porque um dos pilares do programa se refere a garantia e fortalecimento do acesso à educação das pessoas que estão concentradas na margem do pauperismo.

Destarte, partindo para o campo da literatura que discute teórica e conceitualmente os procedimentos metodológicos de pesquisas, nesta utilizou-se a abordagem de cunho qualitativo, haja vista que a mesma buscará fazer a análise e abordagem de teorias para fundamentação de seus resultados quanto a situação problema, que segundo Gerhardt e Silveira (2009) não se preocupam com a quantificação numérica para análise, todavia, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou organização. Além disso, as autoras ainda afirmam que para a pesquisa qualitativa não se pode quantificar dados:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 31).

Desta forma, compreendendo as especificidades das ciências sociais, e atribuindo para esta pesquisa a análise qualitativa como uma metodologia própria que se justifica pelo modelo de comprovar fatos não através de quantidade numérica, mas “[...] com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (SILVEIRA e CÓRDOVA apud MINAYO, 2009, p. 32).

Seguindo as orientações das autoras, a natureza da pesquisa caracteriza-se por ser aplicada, pois parte de compreender a problemática e criar conhecimentos que possam resolver problemas que interessam a localidade de Mãe do Rio.

Compreendendo esta parte, partiu-se para a classificação dos objetivos da pesquisa e por esta trabalhar com um levantamento bibliográfico referente a temática, direcionar entrevistas para pessoas que tiveram relação direta com o problema e por permitir fazer análises de acontecimentos que pudessem facilitar a compreensão sobre a problemática conforme explica Gil 2007 citado pelas autoras, a pesquisa tem objetivo exploratório.

Para realizar esta pesquisa, foi preciso analisar e fazer abordagens a materiais já existentes na literatura como livros, artigos científicos, revistas, entre outros, que pudessem fundamentar a discussão Gil (2008, p.50). Por isso, a mesma é de caráter bibliográfico por trazer uma gama de abordagens sobre outros trabalhos.

Assim, concluída a abordagem bibliográfica, que traz um caráter descritivo, tornou-se necessário explicar por que certos fatos existem, além de fazer abordagem a problemática, por isso, adotou-se também o objetivo explicativo, pois este pode ser em alguns casos uma continuidade do objetivo descritivo, mas também procurar focar-se em “[...] identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (SILVEIRA e CÓRDOVA apud GIL, 2009, p. 35).

Seguidamente, no que tange a escolha dos métodos para esta pesquisa adotou-se o estudo de caso por coincidir melhor com a pesquisa exploratória. Assim, segundo Fonseca citado pelas autoras:

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (SILVEIRA e CÓRDOVA apud FONSECA, 2009, p. 39).

Diante destas explicações torna-se importante dizer que foram estes os seguintes passos da pesquisa:

### **2.1 - Instrumentos da pesquisa**

No que tange os instrumentos que foram utilizados para a constituição dos dados, neste tivemos entrevistas direcionadas a três categorias que possuem relação direta com o programa e a educação como professor, aluno e responsável familiar sobre a perspectiva de buscar conhecer a visão dos mesmos sobre o programa e a relação da escola com o bolsa família. Para a realização destas entrevistas foram usados aparelhos celulares para fazer a gravação das falas nas entrevistas e materiais como caneta e papel para anotar dados pessoais do entrevistado, hora e local da entrevista.

### **2.2 - Os sujeitos e a aplicação dos instrumentos**

Assim, referente a caracterização e o motivo de escolha dos sujeitos da pesquisa, esse processo ocorreu direcionado a uma escola de ensino fundamental do município de Mãe do Rio adotando o critério de tempo de inclusão de no mínimo cinco anos no bolsa família para alunos beneficiários e responsável familiar e tempo de profissão de no mínimo cinco anos para professores. Este período de adesão necessário ao programa ou a profissão de professor, justifica-se por ser um período necessário para fazer uma análise sobre o programa.

Estes sujeitos, ficaram classificados em três categorias: família, professor e aluno que responderam questionários em entrevistas realizadas na escola e nas residências tanto dos professores como alunos e responsáveis pelo bolsa família nas famílias. A quantidade de entrevistados foi de quatro pessoas para cada sexo das referidas categorias, totalizando 24 pessoas, que por recusa de alguns entrevistados, alcançou-se apenas 23. O mapeamento buscou a escola e residência dos sujeitos. Na escola, junto ao professor, buscamos coletar informações com professores e alunos que apresentassem o conhecimento dos mesmos sobre o programa, a opinião a respeito das condicionalidades e as possíveis contribuições do mesmo com o acesso e fortalecimento do programa na educação. Com as narrativas dos responsáveis familiares também buscou-se investigar que contribuições o programa trouxe para a educação das crianças e adolescentes que dele se beneficiam e a citação de possíveis falhas do programa.

No que concerne a justificativa da escolha destes sujeitos, esta se dá pelo fato da ligação das famílias com o programa, principalmente o aluno, como sujeito protagonista desde processo, haja vista que este precisa ter frequência mínima de 85%, que se relaciona diretamente com o segundo sujeito que é o professor, sendo este o responsável pelo processo de ensino-aprendizagem dos alunos, o qual dispõe de uma ótica específica sobre a relação do aluno e o programa, podendo avaliar o posicionamento dos alunos e dos responsáveis familiares quanto ao programa e o comprometimento com a educação.

Vale ressaltar que dentre as categorias de entrevistados, a mais difícil de ser alcançada se refere aos pais como responsáveis pela renda do bolsa família, pois nesta além de ser de pequena quantidade o número de homens responsáveis, dos homens encontrados, cerca de 50% dos sujeitos mapeados não quiseram participar. Mas pela insistência, ainda foi possível conseguir três dos quatro planejados. As entrevistas foram realizadas em aproximadamente uma semana pela dificuldade de encontro e aceite dos sujeitos necessários.

### **2.3 - Lócus da pesquisa**

A justificativa de escolha do lócus da pesquisa procura se pautar pela possibilidade de acesso e mapeamento de professores, alunos e famílias. Sendo este de caráter público e passível a pesquisa, onde contém os sujeitos que direcionaram a reflexão e análise das coletas de dados. Além de contribuírem para a compreensão e diálogo que foi feita com os autores deste campo de pesquisa, visando ainda explicitar as ações necessárias do programa quanto a sua efetividade no âmbito educacional do município.

Sendo assim, partindo do pressuposto de que com acesso e permanência a educação se torna mais possível aprender, é possível arriscar a hipótese que conforme estudos apresentados sobre esta temática em outros lugares, a educação de Mãe do Rio tenha sofrido impactos positivos sobre a educação das famílias e alunos no tocante a frequência dos alunos e permanência na escola como oportunidade de progressão educacional, mostrando assim uma qualidade do programa e contribuição deste na educação, procurando ainda evidenciar as falhas que poderiam causar melhor efetivação das ações do programa segundo a visão dos sujeitos entrevistados.

### **2.4 - Tratamento dos dados**

Ao concluir a coleta de todos os dados em meio as múltiplas dificuldades encontradas no percurso, transcrevemos todas as falas e a partir deste ponto, observando o método e a abordagem da pesquisa, decidiu-se tratar os dados com a análise de conteúdo, o motivo desta escolha é justificada por que este tipo de análise “transita entre dois polos: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. É uma técnica refinada, que exige do pesquisador, disciplina, dedicação, paciência e tempo” (SILVA e FOSSÁ, 2015, p. 3).

Além disso, no que tange a conceituação “a análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos” (SILVA e FOSSÁ, 2015, p. 2). Neste tipo de análise é necessário ainda observar com bastante atenção e rigor os dados coletados para se ter um posicionamento do que foi observado.

Compreendido o roteiro a ser adotado para fazer a análise partiu-se para as orientações citadas por Bardin (2011). Nesta iniciamos com a leitura flutuante, onde podemos conhecer os textos coletados, entrevistas entre outros. Feito isso, partimos para a escolha dos documentos que permitiram definir os três pontos a serem analisados: O PBF na perspectiva dos sujeitos; O PBF e o impacto na formação escolar e os impactos do PBF para além da escola. Feito isto, partimos para a reflexão e análise sobre a fala dos sujeitos, para que a partir deste ponto fosse feita a triangulação da percepção dos entrevistados com as obras que ancoram a discussão deste trabalho.

## **2.5 - Aspectos teóricos da pesquisa**

Para fundamentar esta pesquisa foi necessário partir do pressuposto de discutir a macro esfera (Estado) até as adjacentes do mesmo como é o caso do bolsa família. Para se chegar a este ponto, foi feita a discussão que descreve a gênese do Estado Moderno, a política social no capitalismo, o estado neoliberal e os programas de transferência de renda como é o caso do Programa Bolsa Família.

Os autores que ancoram esta discussão no que se refere cada sessão do trabalho foram essencialmente Karl Marx, Elaine Behring e Ivanete Boschetti, Perry Anderson, Maria Ozanira Silva e outros.

Nas obras de Marx e autores marxistas, podemos observar as análises do autor sobre a natureza do Estado Moderno e a justificativa de origem do mesmo. Para o autor o Estado

moderno nasce no âmbito das lutas de classe para controlar as divergências, porém, por nascer entre estas e ser idealizado pela classe mais forte, se torna o gerenciador dos negócios da classe dominante, criando com isso uma estrutura de dominantes e dominados.

As autoras Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2009) por tratarem com autoridade dos estudos da política social sustentam as discussões sobre a política social, sua origem, objetivos, trajetória histórica de adesão no Estado Moderno capitalista e como contrária a política social, faz-se abordagem sobre o neoliberalismo como doutrina econômica do capitalismo. Porém, sobre o neoliberalismo, Perry Anderson (1995) faz uma abordagem mais global desta doutrina política iniciada nos governos de Thatcher e Reagan, enquanto Antunes (2004) faz a abordagem sobre a adesão do neoliberalismo no Brasil e sua reação com as políticas sociais.

Para finalizar, Maria Ozanira Silva e outros autores discutem os programas de transferência de renda, desvelando sua adesão como combate de ideologias contra a fome e a pobreza avassaladora causada pelo sistema capitalista, além de desvelar as características e justificativas que amparam a implementação dos programas de transferência de renda e suas contribuições para a redução da desigualdade social.

Com estes e outros aportes acredita-se responder com base na metodologia traçada e teorias estudadas a problemática desta pesquisa, procurando evidenciar problemas do programa e elaborar propostas com base nos depoimentos que possam ajudar a melhorar a atual situação do bolsa família no município.

Para alcançar tal objetivo, a análise dos dados procurou dividir as questões das entrevistas em tópicos correlacionados que evidenciassem no primeiro: O PBF na perspectiva dos sujeitos; o segundo: O PBF e o impacto na formação Escolar; e o terceiro e último traz a análise direcionando o foco para os Impactos do PBF para além da escola. Nestes tópicos, buscou-se analisar ainda as causas, motivações, consequências de tais depoimentos. Como ponto fulcral, espera-se propor ao final desta pesquisa direções para os sujeitos responsáveis pelo macro esfera municipal do PBF e também para os beneficiários como forma de contribuições para o avanço e fortalecimento educacional dos sujeitos.

### **CAPÍTULO 3 - CONCEPÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA SOBRE A FUNÇÃO DO ESTADO EM MARX: UMA TENTATIVA DE REVISÃO ATUALIZADA ANCORADO NOS PBF NO MUNICÍPIO DE MÃE DO RIO**

*O Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns.*

*(Karl Marx)*

Este capítulo buscará descrever e analisar teórica e historicamente os ideais do Estado moderno capitalista segundo a visão de Karl Marx (1818-1883) e outros autores, fazendo um arcabouço sobre o surgimento e funções a que o Estado se delimitou desde seu nascimento até os dias atuais. Além disso, ainda se buscará compreender a relação da política social no Estado moderno capitalista perante o surgimento dos ideais do neoliberalismo que se desencadeou como proposta contrária ao que se busca como essencial nas políticas sociais que devem ser ofertadas pelo Estado.

Para uma abordagem conceitual do Estado, é necessário conhecermos a história que trata do surgimento do mesmo. No campo que discute a origem histórica do Estado moderno, podemos considerar as abordagens que afirmam que o mesmo nem sempre existiu como conhecemos, porém, esteve presente de outra de forma. Para Bobbio (1987):

[...] o Estado, entendido como ordenamento político de uma comunidade, nasce da dissolução da comunidade primitiva fundada sobre os laços de parentesco e da formação de comunidades mais amplas derivadas da união de vários grupos familiares por razões de sobrevivência interna (o sustento) e externas (a defesa) (BOBBIO, 1987, p. 73).

Estas afirmações, nos permitem perceber que as necessidades presentes nos seios familiares, são um dos impulsos que validam a necessidade de nascimento do Estado, como instituição que possa promover o amparo e defesa dos desprotegidos pelas sociedades primitivas. No que se refere ao Estado moderno, o mesmo surge no início da idade moderna no século XV após a crise feudal e a força de desenvolvimento do sistema capitalista, aparecendo inicialmente em países como a França, Inglaterra Espanha e Portugal. No entanto, para que o próprio Estado viesse alcançar esse estágio, o mesmo precisou passar por grandes fases e períodos em que se travaram debates, indignações, conflitos, revoltas e lutas entre classes de pensamentos antagônicos.

Nas abordagens de Marx e Engels (1998), os autores afirmam que nas histórias que descrevem as sociedades existentes, as lutas de classes sempre estiveram presentes e explicitam que:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito (MARX e ENGELS, 1998, p. 40).

Desta forma, ao compreendermos a existência das lutas de classes como ferramenta existente no surgimento das sociedades, inclusive, no que se refere o Estado moderno, podemos dizer que o mesmo surge no âmbito das crises e conflitos das sociedades em que a desigualdade e iniquidades sociais prevaleciam como bases para o funcionamento estatal. Para o aprofundamento desta discussão e ampliação dos conhecimentos sobre o Estado moderno capitalista e o funcionamento deste trarei como âncora deste estudo as teorias marxistas e neoliberais, fazendo um recorte do breve histórico do surgimento do Estado e das políticas sociais públicas no capitalismo, as quais destacarão as diferenças de concepções de Estado no que se refere o uso e tratamento com estas políticas, essencialmente as de transferência de renda, vigentes no Brasil.

Iniciando por Marx, este apesar de não escrever ou defender uma teoria específica sobre o Estado, apresenta em suas várias obras, implicações a respeito de sua visão que podem contribuir para a compreensão do conceito da natureza do Estado.

Dentre estas obras, podemos iniciar com Marx e Engels (1998), o qual, os autores caracterizam o Estado como classista, dizendo que a sociedade moderna que surge após as ruínas da sociedade feudal, não mudou substancialmente a diferença e divisão de classes existentes naquele período, contudo, estabeleceu um Estado com novas formas de opressão, novos modelos de divisão de classes, além de possibilitar a existência de novas lutas. Em resumo, a facilitação de permanência dos velhos antagonismos já existentes em outras épocas.

Para os autores, todas essas lutas na sociedade moderna atual, consolidou-se em uma única e grande luta entre o proletariado e a burguesia, esta oprimindo historicamente aquela. Assim, conseguinte a isso, os autores afirmam no manifesto que:

[...] a burguesia com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, fielmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão, um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARK e ENGELS, 1998, p. 42).

Ao considerarmos estas afirmações, percebemos que o nascimento do Estado moderno, não se firmou para a ascensão cidadã e garantia de direitos sociais, mas para gerenciar e

desenvolver os ideais burgueses em detrimento do proletariado com atuações para a garantia da propriedade privada e divisão das classes. Os autores ainda afirmam que o modelo econômico burguês de produção e troca nasceu no cerne da sociedade feudal, assim como a origem do direito à propriedade privada.

No entanto, para Simionatto e Costa, Marx já destacava a finalidade do Estado classista em outra obra anterior a esta como *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844* (1987), quando este enfoca que o Estado age fundamentalmente para ecoar as expressões da sociedade, no tocante ao antagonismo das classes.

Nesta obra, Marx ainda enfatiza que a finalidade inicialmente pensada para o Estado no que se refere aos interesses coletivos, perde espaço, tornando-se uma esfera voltada para a garantia da propriedade privada e a divisão de classes em dois lados como proprietários da força de trabalho e proprietários dos meios de produção. Vale ainda pensar no conceito etimológico de Estado citado por Marx, quando este afirma que o Estado é criado pelos burgueses, para que o mesmo possa gerir seus negócios e defender seus interesses.

Estas afirmações corroboram com a obra *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* quando Simionatto e Costa citando Marx (1987), ratificam que apesar que o autor nesta obra: “reconheça que a esfera estatal tenha se caracterizado pelo “equilíbrio das classes em luta”, adquirindo uma certa autonomia em relação às mesmas, seus escritos expressam a convicção de que o Estado sempre se manteve a serviço dos interesses das classes dominantes”.

Além destas obras ainda é possível perceber em outras a posição de Marx no que tange à formação e função do Estado classista perante a sociedade e como este vem se desenvolvendo sobre as lutas travadas entre as classes dominantes e dominadas deste comitê.

Segundo Simionatto e Costa, podemos identificar outras constatações na obra de Engels (1981) e também na obra de Lênin (1984). Em Engels (1981) podemos identificar através das citações de Simionatto e Costa sobre este, que o Estado tem por base da estrutura social e da consciência humana as relações materiais, além de afirmarem que o Estado é representado como um mecanismo eficaz para a dominação de uma classe sobre a outra, em suma, o Estado é repressivo.

É nesta direção que Engels (1981), também afirma que o Estado não deve ser visto como algo que reprime a sociedade do externo para o interno, mas que as repressões acontecem por motivo da própria existência do antagonismo entre as classes e das lutas inconciliáveis, que resultam na repressão da classe dominante (Estado representando a burguesia) sobre a classe dominada (proletariado).

Sobre os efeitos desta teoria, dentre outras apresentadas que corroboram e afirmam que o Estado age em função da classe burguesa em detrimento da classe proletária, sendo esta a principal função do Estado moderno, que seguiremos com a discussão sobre este no tocante aos argumentos que justificam suas ações para com a classe do proletariado.

Lênin (1984) corroborando com Engels, mencionando este em sua obra cita que:

Como o Estado nasce da necessidade de reprimir as contradições de classes, mas como nasce, ao mesmo tempo, no seio do conflito destas mesmas classes ele é, em regra o estado da classe mais poderosa, da classe que domine economicamente e que, com a ajuda dele, a classe politicamente dominante adquirindo assim novos meios para dominar e explorar a classe oprimida. (Lênin apud Engels 1984, p. 193)

Nesse consenso, para Engels, não há apenas opressão de uma classe sobre a outra, mas também exploração, que é apresentada trazendo como exemplo, o trabalho assalariado, em que o proprietário das forças de trabalho é obrigado a atender aos ideais do proprietário dos meios de produção, o que permite partir neste trabalho para a abordagem do surgimento e necessidade de criação das políticas sociais no Estado capitalista.

### **3.1 - A Política Social no Estado capitalista**

Para Boschetti 2009, não se pode afirmar com precisão um momento que delimita a origem das políticas sociais, pois estas como um processo, foram germinadas nos períodos de ascensão do capitalismo.

Höfling 2001 corrobora, afirmando que: “As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais”.

Desta forma é possível dizer que a sociedade proletária ao perceber as suas necessidades essenciais para a manutenção e preservação da convivência no Estado, organiza-se e manifesta-se para o lançamento de movimentos, onde através destes buscariam colher seus direitos sociais constituídos nos princípios de criação do Estado moderno.

Além disso, Boschetti 2009 reitera, afirmando que a generalização das políticas sociais só pode ser compreendida na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, precisamente após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945.

No tocante ao surgimento das políticas sociais, a autora contribui para esse pensamento, dizendo que: “As sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças do mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem e punir a vagabundagem” (Boschetti, 2009, p. 47).

Vale lembrar que o intuito de punir a vagabundagem referia-se aos sujeitos que não encontravam espaço para trabalho, ou recusavam-se a participar dos trabalhos oferecidos no mercado vigente e em consequência a isto, ficavam desamparados de assistências mínimas para manter a própria vida, muitos vivendo de forma autônoma, outros, à mendicância.

Com isso, é necessário ainda pontuar o que Boschetti citando Castel (1998) exclama no que tange o surgimento de algumas leis inglesas criadas antes da Revolução Industrial, como o Estatuto dos Trabalhadores, de 1349; Lei dos Pobres Elisabetanas, que se sucederam de 1531 e 1601; Lei do Domicílio, de 1662; *Speenhamland Act*, de 1795, dentre outras. Todavia, é necessário dizer que estas leis conforme afirmam Boschetti apud Castel, tinham um “código coercitivo do trabalho” (Boschetti apud Castel, 2009, p. 48).

Vale ressaltar ainda que Boschetti citando Castel, a respeito dos objetivos comuns destas leis que antecedem a revolução industrial, cita que estas buscavam:

Estabelecer o imperativo do trabalho a todos que dependiam de sua força de trabalho para sobreviver; obrigar o pobre a aceitar qualquer trabalho que lhe fosse oferecido; regular a remuneração do trabalho, de modo que o trabalhador pobre não poderia negociar formas de remuneração; proibir a mendicância dos pobres válidos, obrigando-os a se submeter aos trabalhos “oferecidos” (Boschetti apud Castel, 2009, p. 49)

Com base nessas afirmações, Boschetti apoiada em Polanyi (2000) e Castel (1998) afirma que os objetivos finais dessas leis promulgadas até 1795, era impedir a livre circulação da força de trabalho como trabalho independente, o que atrasava a formação do livre mercado de trabalho.

No que concerne à discussão sobre o avanço do livre mercado e a garantia das políticas sociais após o início da revolução industrial diante das restrições, punições e opressões aplicadas aos sujeitos desamparados neste processo, Boschetti diz que:

Se as legislações pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o “abandono” tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da Revolução Industrial lança os pobres à “servidão da liberdade sem proteção”, no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social (BOSCHETTI, 2009, p. 51).

Esta “servidão da liberdade sem proteção” citada pela autora será abordada com mais atenção nos escritos adiante deste trabalho, a qual discorrerá sobre o surgimento e influência da hegemonia do neoliberalismo nas economias capitalistas do Brasil e do mundo que se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial. Fazendo abordagem sobre a forma que governos neoliberais trataram as políticas públicas.

Assim, sobre os efeitos do trabalho no proletariado, como consequência das ações que objetivam a acelerada acumulação do capital, Höfling afirma que:

No desenvolvimento do processo de acumulação capitalista – e nas crises do capitalismo – as formas de utilização tradicionais da força de trabalho se deterioram, são até mesmo destruídas, escapando à competência dos próprios indivíduos a decisão quanto à sua utilização. Relacionado a isto, funções tradicionalmente não sujeitas ao controle estatal e circunscritas às esferas privadas da sociedade – inclusive a educação – passam a ser desempenhadas pelo Estado (HÖFLING, 2001, p. 33).

Ao assumir a responsabilidade de oferta e manutenção das políticas sociais, o Estado passa a cumprir parcialmente os compromissos firmados entre as classes em seu surgimento após a era feudal. Contudo, essas ações estão relacionadas e direcionadas para a caracterização de sua face como engrenagem impulsionadora das estratégias da classe burguesa. A política social neste momento é a forma que o Estado capitalista encontra para manter seu desenvolvimento forte e nutrido mediante os desafios brotados para a sua expansão.

Höfling citando Offe diz que: “(...) a política social é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado” (Lenhardt & Offe, 1984, p. 15).

É permissível afirmar com isso que o Estado capitalista passou a se preocupar com a oferta de políticas sociais, inclusive no campo educacional, para formar mão-de-obra qualificada exigida à época em vigor. No entanto, para Höfling, a atuação do Estado, não era apenas para qualificar esta mão-de-obra necessária para o mercado, todavia, também para manter sobre rédeas a população excluída deste processo.

Para Mincato 2005, no que se refere as funções das políticas sociais no Estado capitalista, esta afirma que as mesmas:

[...] respondem aos problemas estruturais inerentes à dinâmica de funcionamento do capitalismo e do Estado capitalista, destacando-se as crises de acumulação e as de legitimação; às exigências do capital e do mercado de trabalho capitalista; e também aos problemas e demandas sociais da classe trabalhadora. (MINCATO, 2005, p. 90)

Logo, a política social é compreendida como o propulsor que expandiria o crescimento do Estado através da mão-de-obra qualificada adjacente das ofertas de educação que buscavam controlar manifestações e capacitar os sujeitos, os quais ingressariam no mercado para atender as necessidades de desenvolvimento do Estado, como forma de “agradecimento ao investimento”. Isso teoricamente promoveria a aceleração do progresso econômico do Estado moderno capitalista na corrida da Revolução Industrial que ocorria naquele período.

Nesse processo, para maior compreensão sobre a política social é necessário discorrer sobre as regulamentações que o Estado previa para a sociedade. Inclusive, as quais pensada pela hegemonia neoliberal, afirmava que o Estado não deveria interferir na política de livre

mercado (progresso econômico empresarial), nem atribuir responsabilidades sobre políticas sociais que amparasse as classes em situação de vulnerabilidade. Contudo, Mincato afirma que:

Na sociedade capitalista nem todos os indivíduos podem funcionar como trabalho assalariado, como os doentes, as crianças, os velhos e os inválidos. É função do Estado, por meio de suas políticas sociais, decidir e normatizar aqueles que podem e aqueles que não podem funcionar como trabalhadores assalariados e definir os riscos de vida existentes no processo de proletarização capitalista. Por isso, as políticas sociais não podem ser concebidas unicamente como respostas do Estado aos problemas sociais e às demandas da classe trabalhadora e tampouco como respostas somente às exigências capitalistas. (MINCATO, 2005, p. 90).

Conforme esclarece Mincato, é possível refletir que as responsabilidades do Estado moderno capitalista não devem ser trabalhadas apenas para desenvolver e gerenciar o progresso econômico do capitalismo, mas também para formar uma sociedade capaz de desenvolver-se a partir de suas necessidades, pensando na carência de ofertar políticas sociais públicas para a classe que está à égide do pauperismo. Pois esta, sem auxílio nenhum, talvez jamais poderá ascender social e economicamente.

Nesse consenso é válido considerar o que Höfling afirma sobre a política social, quando esta diz que: “políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HOFLING, 2001, p. 31).

No entanto, é válido abordar nesta discussão os efeitos e impactos que o neoliberalismo causou com a sua ideologia e ações aversivas às políticas sociais desde a sua adesão até o presente momento por vários países no mundo.

### **3.2 - Os Antagonismos do Estado Capitalista Neoliberal**

A história que segundo Anderson (1995) nos traz sobre o neoliberalismo, nos mostra que esta doutrina política em seu sentido etimológico surgiu logo após a segunda Guerra Mundial, inicialmente na região europeia e América do Norte onde o capitalismo em sua glória, reinava exalando força e crescimento. Contudo, é necessário dizer que o prefixo “*neo*”, como novo, apresentava-se como uma distinção ao liberalismo clássico já defendido no século passado.

Esta doutrina do liberalismo clássico, segundo Pastor e Brevilheri foi defendida em meados do século XVIII pelo escocês Adam Smith na sua obra *A Riqueza das Nações*. Para as autoras Smith defendia o: “princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre

mercado, cujo funcionamento deveria se dar sem a interferência do Estado”. O que ainda segundo as autoras, influenciou os pensamentos do inglês David Ricardo por volta do século XIX, que também passou a defender a necessidade de um estado que não intervisse nas ações do mercado (PASTOR e BREVILHERI, 2009, p. 136).

O que antes era apenas uma defesa pela liberdade individual de crescimento econômico sem a participação do Estado intervencionista, agora com uma nova face, passava a defender a ideia de oposição ao estado de bem-estar social (ANDERSON, 1995, p. 1).

Anderson (1995) afirma que o texto base que deu origem para a construção desta doutrina política tinha como título *O Caminho da Servidão* e foi elaborado em 1944 por Friedrich Hayek. Para o autor o texto de Hayek: “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1995, p. 1).

A ideia inicial do neoliberalismo era reprimir quaisquer movimentos que ameaçasse a ascensão econômica do mercado capitalista. Para isso, o neoliberalismo precisava ganhar espaço nos governos que defendiam em sua base o estado de bem-estar.

Com isso em 1947, Hayek, ao ver que as bases dos governos europeus, se reconstruíam no período pós-guerra, fundamentadas no estado de bem-estar, não apenas na Inglaterra, mas em outros países, procurou se organizar com outros intelectuais da época que defendiam a sua doutrina política neoliberal. Hayek então convocou aqueles que apoiavam os ideais do neoliberalismo para uma reunião na estação de Mont Pèlerin na Suíça. Dentre as personalidades presentes estavam: “Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros”. (ANDERSON, 1995, p. 1)

A partir desta reunião ficou fundada a sociedade de Mont Pélerin, a qual buscava segundo Anderson: “combater o keynesianismo<sup>7</sup> e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p.

---

<sup>7</sup> “O Keynesianismo, também chamado de Escola ou Teoria Keynesiana, é uma doutrina político-econômica oposta ao liberalismo. Nessa doutrina o Estado tem um papel preponderante na organização de um país. Essa teoria foi muito importante para renovar a teoria econômica clássica. Pautada na chamada “macroeconomia”, propõe um regime de pleno emprego e o controle da inflação. De tal maneira, o desemprego desapareceria mediante a força do mercado, posto que no sistema capitalista todos poderiam ser empregados. Defende também a ideia do Estado de oferecer benefícios sociais aos trabalhadores, por exemplo, seguro saúde, seguro desemprego, salário mínimo, dentre outros. Nesse sentido, o Estado tem deveres a cumprir para com seus cidadãos, lhes proporcionando uma vida digna. Essa teoria levou ao surgimento do conceito de bem-estar social”. Disponível em: <http://www.todamateria.com.br/keynesianismo/>. Acesso em: 28 de ago. 2016.

1). No entanto, os objetivos propostos por essa doutrina não tinham o espaço necessário para expandir suas ideias nos governos, já que o capitalismo vivia os seus anos de ouro. Para Bresser-Pereira, esse período ficou conhecido como os “30 anos gloriosos do capitalismo” (1945-1975). (BRESSER-PEREIRA, 2009. p. 8). Porém, os ataques provocados pelo neoliberalismo ao estado de bem-estar permaneciam fortes. Anderson afirma que:

Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruiu a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos (ANDERSON, 2009, p. 2).

Entretanto, apesar desta presente articulação do movimento neoliberal contra o estado de bem-estar que perdurou por 20 anos, está só ganhara força no pós-guerra em 1973, quando a recessão atingiu profundamente o mundo capitalista apresentando altas taxas de inflação (ANDERSON, 2009, p. 2).

Com isso, o neoliberalismo ganhara o espaço que tanto desejava e partir desta crise do capitalismo, passou a culpar os sindicalistas em suas ações na busca por garantia de melhores salários. Definindo com isso, o que Hayek caracterizou de gastos sociais. Anderson ainda afirma o que Hayek propôs para solucionar os problemas que os ditos gastos sociais provocaram:

[...]manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (ANDERSON, 1995, p. 2).

Dito de outra forma, o ideal do neoliberalismo com isso, era causar novamente a repressão sobre a classe que por quase toda a história do surgimento do Estado, esteve desprotegida por este. Com ações que visavam colocar submissos a burguesia àqueles que começaram a conquistar os direitos sociais mínimos. Pereira contribui para o pensamento sobre a natureza da doutrina política neoliberal a respeito da palavra que esta usava no tocante a sua visão sobre o Estado pontuando quatro partes, as quais para esta doutrina, como afirma o autor, tratava-se de que:

[...] o Estado deveria se tornar “mínimo”, e isso significava pelo menos quatro coisas: primeiro, que deixasse de se encarregar da produção de determinados bens básicos relacionados com a infraestrutura econômica; segundo, que desmontasse o Estado social, ou seja, todo o sistema de proteção social por meio do qual as sociedades modernas buscam corrigir a cegueira do mercado em relação à justiça social; terceiro, que deixasse de induzir o investimento produtivo e o desenvolvimento tecnológico e

científico, ou seja, de liderar uma estratégia nacional de desenvolvimento; e, quarto, que deixasse de regular os mercados e principalmente os mercados financeiros porque seriam autorregulados (PEREIRA, 2009, p. 9).

No tocante a esta afirmação de minimização do Estado, é possível afirmar a presença de uma ideologia que procurava colocar o Estado nos eixos do retrocesso às ações desenvolvidas no campo social. E mais, a formação deste Estado como propulsor do crescimento econômico capitalista, deixando novamente de forma mais intensa a classe vulnerável a égide do pauperismo, para que estas, sucumbissem aos impactos nefastos causados pela hegemonia neoliberal.

Entretanto, vale salientar que esta doutrina não conseguiu firmar-se rapidamente como desejava. Anderson afirma, que levou cerca de uma década para a doutrina do neoliberalismo ser aplicada em seu primeiro país. Iniciou na Inglaterra com o governo de Margareth Thatcher em 1979, em seguida, em 1980 com o governo estadunidense de Ronald Reagan, seguindo com Kohl em 1982 na Alemanha e em 1983 a Dinamarca também seguiu a direita com o governo de Schluter, dentre muitos outros países da Europa ocidental (ANDERSON, 1995, p. 3).

Nesse processo, é importante discorrer sobre os efeitos que o neoliberalismo causou ao implementar suas políticas em tantos países. Mas para isso é preciso abordar previamente como estes países agiram com o cumprimento das políticas neoliberais. Segundo Anderson, na Inglaterra:

Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais (ANDERSON, 1995, p. 3).

Conforme esclarece o autor, a Inglaterra, aplicou estas políticas, tornando-se o governo mais legítimo nas suas ações, haja vista que esta seguiu integralmente o que era proposto para alcançar os índices tão desejados de reerguimento da economia estatal. Nos Estados Unidos, o governo de Reagan, optou para a disputa militar existente entre os Estados Unidos e a União Soviética. Mas Anderson ainda afirma que este: “[...]também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão” (ANDERSON, 1995, p. 4).

Dentre as ações desenvolvidas por outros países no que tange a prática do neoliberalismo que engajou o desmonte das políticas sociais, vale ainda chamar atenção a outro ponto que o autor destaca a respeito dos êxitos da política neoliberal, quando este afirma que:

A prioridade mais imediata do neoliberalismo era deter a grande inflação dos anos 70. Nesse aspecto, seu êxito foi inegável. No conjunto dos países da OCDE<sup>8</sup>, a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80, e a tendência de queda continua nos anos 90. A deflação, por sua vez, deveria ser a condição para a recuperação dos lucros. Também nesse sentido o neoliberalismo obteve êxitos reais. Se, nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos para 5,3 pontos positivos (ANDERSON, 1995, p. 6).

No entanto, é válido lembrar que a política neoliberal ao ser implantada nos governos capitalistas não obteve apenas êxitos, mas também fracassos. A ascensão dos países sobre a ótica do capitalismo que foi alcançada através de medidas horrendas a classe vulnerável, além da expansão econômica das empresas e o controle da inflação não se estabilizaram como se esperava.

Para Anderson: “Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais” (ANDERSON, 1995, p. 5). Este, dentre outros pecados causados pelos governos neoliberais, como a necessidade de elevar novamente os gastos sociais aos desempregados, ironicamente forçou o Estado a gastar fortunas para amparar estas pessoas futuramente, mostrando por fim que:

[...]quando o capitalismo avançado entrou de novo numa profunda recessão, em 1991, a dívida pública de quase todos os países ocidentais começou a reassumir dimensões alarmantes, inclusive na Inglaterra e nos Estados Unidos, enquanto que o endividamento privado das famílias e das empresas chegava a níveis sem precedentes desde a II Guerra Mundial. Atualmente, com a recessão dos primeiros anos da década de 90, todos os índices econômicos tornaram-se muito sombrios nos países da OCDE, onde, presentemente, há cerca de 38 milhões de desempregados, aproximadamente duas vezes a população total da Escandinávia (ANDERSON, 1995, p. 7).

Diante o exposto, é inerente refletir que as ações desenvolvidas pela busca de estabilidade financeira e desenvolvimento econômico que inicialmente foi alcançado e aparentava se manter nos anos seguintes, na verdade mostrou-se como uma ilusão que logo fora descortinada pelas assombrosas crises futuras do mercado. O neoliberalismo assim pode se dizer, foi uma medida paliativa para o mercado que agiu como uma morfina para as crises que logo voltaram a ressurgir, todavia, com mais força em relação aos períodos pré-neoliberais.

---

<sup>8</sup> A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional de 36 países com que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de mercado, que procura fornecer uma plataforma para comparar políticas econômicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais. A maioria dos membros da OCDE é composta por economias com um elevado PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano e são considerados países desenvolvidos. <https://pt.wikipedia.org>. Acesso em: 10 de set. 2018.

Assim, considerando este balanço de altos e baixos que o neoliberalismo causou nos países da Europa ocidental que aderiram sua política através das medidas que causaram recessão, opressão, desemprego, inflação e privatização, podemos partir para o neoliberalismo no contexto social brasileiro, observando como os governos neoliberais agiram perante as políticas sociais.

### **3.3 - O Estado brasileiro e as políticas neoliberais**

Para ampliar a compreensão no que se refere aos impactos causados pelo neoliberalismo no contexto brasileiro e analisar a relação desta doutrina com as políticas sociais, é necessário compreender também a distinção entre governo e Estado. Esta compreensão nos possibilitará entender a concepção de Estado que sustenta e oferta as políticas sociais públicas para a classe pobre do Brasil. Para isso, é necessário considerar a abordagem que Höfling faz a respeito do Estado e o Governo, no que tange às suas distinções. Para a autora, estas esferas são diferentes desde o seu conceito, quanto as suas ações. A autora compreende que:

[...]é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HOFLING, 2001, p 31).

É sobre este enfoque, partindo da premissa de que os governos agem através dos seus programas e propostas que (dependendo da ideologia defendida pelo governo) são criadas no âmbito das carências da sociedade civil que será analisada e desenvolvida a abordagem sobre os impactos causados pelo neoliberalismo no Brasil perante a necessidade de oferta das políticas sociais.

No Brasil, o neoliberalismo iniciou com o governo de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) e se intensificou no governo de Fernando Henrique Cardoso, (1995-2002). Para Maciel (2011) o governo de Collor, o qual tinha planos de reajuste para a economia, com nome de plano Collor I:

[...] anunciou a aurora da era neoliberal, que tinha o combate à inflação apenas como aspecto inicial de um ambicioso processo de redefinição do padrão de acumulação capitalista e de ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas. Esta ofensiva tornava-se crucial para os interesses do grande capital monopolista, seja em função da perspectiva de aumento da taxa de mais-valia como forma de reversão da tendência de queda na taxa de lucro motivada pela recessão econômica, seja pela imperiosa necessidade de desencadear o processo de reestruturação produtiva, com a incorporação de novas tecnologias e novas formas de gerenciamento do processo

produtivo, baseadas na desregulamentação do mercado de trabalho (MACIEL, 2011, p. 102).

Estas ações do plano Collor I que seguiam a doutrina de desmonte do Estado para o controle da inflação e fortalecimento do mercado, inicialmente alcançou resultados positivos no que se refere o controle da inflação, a qual teve uma assustadora queda, mas que logo em seguida voltou a crescer novamente: “Se a inflação caiu da incrível taxa de 81,3% ao mês de março de 1990, para 11,3% em abril, 9,1% em maio e 9,05 em junho; em julho retoma-se uma tendência de alta que leva ao índice de 21,1% em fevereiro de 1991” (MACIEL apud FILGUEIRAS, 2000, p. 89).

Nesta direção que causou o aumento do desemprego e a diminuição da renda salarial, além de causar a maior queda da história do PIB (MACIEL apud BOITO JR, 2005, p. 160), nesta perspectiva:

Paralelamente, o processo de redefinição do papel econômico e social do Estado se inicia, com a venda de estatais, principalmente dos setores de siderurgia e petroquímico/fertilizantes, e segue com a extinção de órgãos e com os primeiros cortes de pessoal no funcionalismo público (MACIEL apud GREMAUD, SAES E TONETO JR., 1997, p. 238-240).

Ao todo segundo Maciel citando Filgueiras foram 18 privatizações das empresas estatais, por um total de 5.371.000 dólares com a inclusão das dívidas transferidas aos compradores. Apesar disso, Collor seguia insistente com seu plano, apesar dos fracassos obtidos por este, o que levou Collor a apresentar um novo plano em menos de um ano de existência do plano I. Na continuidade de fracassos, para muitos o plano Collor II foi a continuidade do plano I. No entanto, Antunes afirma que:

O Plano Collor 1, todos lembramos, objetivava, através da recessão violenta, do arrocho salarial, do enxugamento da liquidez, da redução do déficit público, da privatização do Estado, estancar o processo inflacionário para abrir caminho para um real segundo momento, mais ofensivo, do Plano. É falso, portanto, quando se diz que o Plano Collor 2 é a continuidade natural anterior. Não é. O Plano Collor 2 é o reconhecimento da falência das medidas imediatas contingenciais do Plano Collor 1. Este empobreceu ainda mais o país, desestimulou o parque produtivo, achatou barbaramente os salários, manipulou intensamente a consciência dos setores populares, e a inflação passou dos 20%, índice hoje já insuportável. O Plano Collor 2 é a tentativa, um bocado desesperada, de arrumar o país do estrago feito pelo plano anterior. Com o mesmo remédio, como se pode exemplificar: congelamento de preços e salários (ANTUNES, 2004, p. 13)

Com as consequências nefastas apresentadas por estes planos de minimização do Estado que acabaram afetando a classe pobre com arrochos salariais, aumento do desemprego, e diminuição das políticas sociais é possível afirmar que essas ações provocaram o descontentamento dos povos afetados, ao desencadeamento de manifestações sociais contra a política neoliberal no governo Collor. Estas manifestações desencadearam em suas proporções

denúncias de corrupção desenvolvidas por Fernando Collor, o que levou este a sua decadência, representada pelo impeachment sofrido em 1992 (MACIEL, 2011, p. 104).

Ao fim do período governamental de Collor que após o impeachment foi assumido pelo seu vice Itamar Franco, em meio a uma nova corrida presidencial, com promessas de reestruturar o Brasil social e economicamente, mediante os desastres causados pelo governo Collor, em 1994 é eleito outro Fernando. Ali iniciava a era dos Fernandos. Fernando Henrique Cardoso foi eleito e conseguinte a Collor voltou a surpreender o Brasil com a intensificação das medidas catastróficas da política neoliberal já iniciadas pelo seu antecessor. Para Antunes, o plano Collor:

[...] foi reimplantado pelo outro Fernando, com a racionalidade burguesa de um país cuja burguesia foi sempre destituída de qualquer sentido progressista. O resultado foi um monumental processo de privatização, desindustrialização, “integração” servil e subordinada à ordem mundializada, convertendo-nos em país do cassino financeiro internacional (ANTUNES, 2004, p. 37).

O Brasil diante da política entreguista das estatais virou alvo de disputas entre países intercontinentais, os quais buscavam se apoderar da maior fatia que pudessem possuir mediante as ofertas de privatização do governo, o que segundo o autor, conseqüentemente tornava o Brasil cada vez mais dependente do sistema financeiro internacional. Além das privatizações, ainda foi possível perceber nos primeiros quatro anos do governo de FHC um índice altíssimo do desemprego que apenas em São Paulo alcançou cerca de quase 20%, além da precarização dos direitos trabalhistas e a destituição da previdência dos assalariados, dentre outras ações (ANTUNES, 2004, p. 38).

Ainda que no governo de FHC, os índices inflacionários diminuíram como no governo de Thatcher e Reagan, as ações desenvolvidas do governo de FHC também o caracterizam como defensor e representante da doutrina política do neoliberalismo. Isto pode ser afirmado, nas análises direcionadas às atuações de FHC que segundo Antunes, causaram a diminuição dos direitos sociais e trabalhistas, desmonte da previdência, aumento do desemprego e arrocho salarial. Como acima afirmado, o fortalecimento da política já iniciada no governo Collor.

O autor chama atenção, que no tocante a ideia de modernização social defendida pelo neoliberalismo, esta modernização age violentamente contra o mundo do trabalho quando o autor diz que:

Não é demasiado lembrar que a modernização neoliberal para o Terceiro Mundo penaliza de maneira muito mais brutal e nefasta o mundo do trabalho. Despossuído, dilapidado, desqualificado, o ser social não consegue nem mesmo viver do seu trabalho. Converte-se, em largas faixas, numa classe sem trabalho, que vive da miséria da economia informal. Aqueles que permanecem no mercado de trabalho formal vivenciam níveis de subtração salarial, de superexploração do trabalho que tornam

sua cotidianidade marcada pela escassez e pela redução crescente da satisfação de suas necessidades (ANTUNES, 2004, p. 17).

Nesta perspectiva é possível dizer que diante destas políticas neoliberais, a política social pública aqui compreendida como necessária a classe pobre, novamente foi atendida minimamente pelo Estado diante a sua necessidade de expansão, haja vista que o Estado conforme a política neoliberal deveria ser mínimo. Nesta direção, a atenção com a sociedade que claramente necessita de apoio para sua ascensão socioeconômica, (mesmo diante a resistência levantada pela minoria para a garantia de seus mínimos direitos) foi negada pela maioria dos governos sustentados, ou que tinham afeição à doutrina política neoliberal.

Entretanto o governo de FHC, apesar de seu modelo de governo neoliberal, direcionou seu olhar também para a criação de políticas sociais públicas, como políticas de transferência de renda no combate à pobreza, todavia, estas de caráter limitado ao público afetado, ou seja, políticas que não afetaram totalmente os povos que necessitavam destas.

Ao fim do governo de FHC, o Brasil próximo as eleições, vivenciava a esperança de um novo governo que desta vez virasse à “esquerda”, como sugeria as propostas de governo e o ideal do Partido dos Trabalhadores (PT). O ex-operário e líder sindical que já havia disputado as três eleições presidenciais anteriores, desta vez conseguia vencer as eleições de 2002 tornando-se presidente do Brasil. Em janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumia a presidência da república, trazendo como uma de suas principais propostas a diminuição das desigualdades sociais presentes no Brasil.

Nesse caminho, o governo de Lula que iniciou enfrentando o crescimento da dívida externa deixada pelos governos anteriores, acabara focando-se na diminuição destas, o que acabou marcando seu governo pela diminuição desta dívida, caracterizando-o por muitos críticos como mais um governante neoliberal, haja vista que esse dedicou grande atenção no atendimento ao mercado financeiro internacional.

Entretanto, é salutar que consideremos que durante este governo, as políticas sociais tiveram maior expansão, causando um declínio nos níveis de pobreza presentes no país. Quanto aos espólios deixados por Lula, segundo Fagnani:

Seu maior legado foi montar uma estratégia macroeconômica articulada com o desenvolvimento social e ancorada no crescimento econômico, na geração de emprego e renda, na valorização do salário mínimo, no aumento do gasto social, no incentivo às políticas universais e no avanço das políticas voltadas para o combate à pobreza, com destaque para o Bolsa Família (FAGNANI, 2011, s/p).

Destarte, seguindo esta discussão sobre a oferta de políticas sociais públicas no Brasil, será permissível analisar a partir deste contexto o surgimento da política de transferência de

renda no Brasil, suas contribuições para a classe pobre, seus impactos sociais e educacionais, além de analisar sua ampliação no contexto econômico, mediante as necessidades sociais da classe subalterna do Estado capitalista.

## CAPITULO 4. A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

*A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte. A gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte. A gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão, balé. A gente não quer só comida, a gente quer a vida como a vida quer. Bebida é água! Comida é pasto! Você tem sede de quê? Você tem fome de quê?*

*(Arnaldo Antunes e Sergio Affonso)*

Este capítulo buscará fazer abordagens concernentes às teorias que conceituam o fenômeno da pobreza, e justificam a partir deste fenômeno a necessidade de implementação e oferta dos Programas de Transferência de Renda (PTR) para a classe subalterna. A partir deste ponto buscaremos descrever e analisar o surgimento dos PTR's, por caminhos independentes até a sua implementação por vias legais no Brasil, destacando a partir deste ponto, seus momentos de expansão e maior atenção do Estado com a questão social.

### **4.1 - A pobreza como consequência nefasta do sistema econômico capitalista e as lutas sociais pela conquista dos Programas de Transferência de Renda**

Para compreender a necessidade de implementação dos PTR's no Brasil, é preciso que primeiramente se compreenda em que contexto estes programas nascem e por que tais contextos existem. Esta conjuntura aqui observada refere-se a pobreza e suas implicações negativas na sociedade. Diante tal afirmação, no tocante a compreensão de pobreza, segundo Yazbek, devemos analisar esta não como um acontecimento natural, mas como consequências do modelo econômico do Estado moderno capitalista. De tal modo, na consideração a estas afirmações, é necessário observar a abordagem mais clara que a autora faz sobre este fenômeno. Para ela, a pobreza é:

[...]como uma das manifestações da questão social, e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Os “pobres” são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade (YAZBEK, 2012, p. 289).

Para o fortalecimento conceitual do termo pobreza, é necessário considerar as abordagens feitas neste trabalho à natureza do Estado capitalista. Pois este em seu vigor competitivo, seletivo e exclusivo, refuta os direitos e possibilidades de inclusão da classe pobre

no meio social, por esta não atribuir as necessidades (capital) mínimas de investimento para a sua progressão. Estas ações desenvolvidas pelo Estado capitalista, sucumbem as perspectivas de ascensão socioeconômica da classe pobre, colocando esta classe à margem do desemprego e da miséria, o que expande os índices da desigualdade social que é representada pela divisão verticalizada entre dominadores e subalternos. Para maior compreensão a respeito deste fenômeno, recorreremos as contribuições de Silva, onde esta afirma que:

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política (SILVA, 2010, p. 157).

Neste enfoque, a pobreza segundo a autora não deve ser compreendida apenas como a ausência de uma renda mínima, todavia, de caráter multidimensional, representada pela impossibilidade de acesso a serviços sociais mínimos, como acesso à educação, saúde, trabalho, e também acesso a riqueza produzida pelo país. Contudo, nos moldes de desenvolvimento do Estado capitalista, essas exigências e necessidades quase sempre passaram despercebidas ou até mesmo ignoradas, pelos motivos de acumulação de renda às elites detentoras do capital.

No tocante a essência excludente do capitalismo, quanto ao acesso aos direitos sociais básicos para a classe pobre, o sistema com seu olhar apático à questão social, complexifica a resolução do fenômeno da pobreza. Isso contribui para o agravamento e expansão deste fenômeno, multiplicando os problemas de natureza econômica, social, educacional e cultural pelo Brasil. Estes problemas, de acordo com sua magnitude, são explicitados integralmente por Yazbek quando esta afirma que:

Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade (YAZBEK, 2012, p. 290).

Embora seja possível verificar todos esses acontecimentos ocasionados pelo sistema capitalista, ainda é possível também verificar segundo a autora, a negligência com que o Brasil veio tratando historicamente a questão social. Com base nessas afirmações, é possível dizer que sem a devida proteção e incentivo socioeconômico do Estado, a maioria deste público na

incessante busca pelo seu lugar na sociedade, por mais que resistam, quase sempre recorrem aos espaços onde se encontra o “aconchego da miséria”.

Dentre estes espaços onde percebemos ausência de renda, ausência de moradia, de alimentação, de acesso a serviços sociais como saúde, educação, transporte e etc., a pobreza apesar de amplificada em amplos segmentos, está conceituada e medida infimamente pela ausência de renda e emprego, caracterizada como parte daqueles que não detém a renda mínima ou emprego para garantir a manutenção e progressão da vida (YAZBEK, 2012, p. 291).

Nesta perspectiva, compreendida a pobreza como fenômeno das relações sociais do Estado moderno capitalista e com o objetivo de se aproximar do objeto de estudo deste capítulo é necessário que se faça menção a situação de pobreza no Brasil e suas consequências, relacionando este contexto ao processo de implementação das políticas sociais mediante as demandas surgidas no cenário de atuação dos governos que aderiram a política do neoliberalismo. Para fazer esta análise é necessário fazer o resgate da discussão acima citada sobre os governos neoliberais no Brasil. No entanto, é necessário que se busque analisar como o Brasil agia diante a obrigação de oferta das políticas sociais antes da adesão ao neoliberalismo. Para Yazbek:

No caso brasileiro, a experiência colonial e a escravidão prolongada colocaram historicamente, para os trabalhadores, a responsabilidade por sua própria sobrevivência. Desse modo, até fins do século XIX, ganharam corpo obras sociais e filantrópicas, ações de ordens religiosas e redes de solidariedade e familiares (famílias extensas de vários tipos) que deram lugar a práticas sociais ligadas à sobrevivência sem o recurso ao “mercado” (YAZBEK, 2012, p. 295).

Com base nas afirmações, é possível dizer que neste período o governo brasileiro ainda preso na transmissão dos ideais escravocratas, não se via obrigado a ofertar as políticas sociais para as classes menos favorecidas. Nesse contexto, restava as representações religiosas e filantrópicas amparar esse público que não tinha a quem pedir socorro.

Todavia, com o crescimento das massas afetadas pela pobreza e a expansão do mercado, começaram a se organizar movimentos e reivindicações por direitos por parte dos trabalhadores, o que levou o governo dos anos de 1930 a direcionar atenção para o trabalhador (YAZBEK, 2012, 296). No entanto, é importante salientar que apesar das significativas conquistas alcançadas neste período como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a instituição do salário mínimo, dentre outras coisas, Yazbek afirma que isso era mais uma estratégia do Estado em controlar a população para garantir o desenvolvimento de seu sistema econômico.

A autora ainda afirma que com a chegada do regime militar por volta dos anos de 1960 que trouxe ações repressivas contra a população brasileira. A igreja, juntamente com os

sindicatos buscaram se organizar e levantar intensos movimentos contra o caráter repressivo da ditadura que golpeava os direitos humanos. Na sequência desta discussão, outra manifestação era apresentada em 1975. Esta manifestação que agora tratava-se dos Programas de Transferência de Renda tinha como defensor Antonio Maria Silveira. Silva e Silva afirma que “Silveira (1975) colocava então a possibilidade de uma gradual, mas efetiva erradicação da pobreza mediante intervenção governamental pela garantia de uma transferência monetária proporcional tendo como referência um nível de subsistência da população pobre”. (SILVA e SILVA, 2005, p. 261).

Contudo, este embate pela garantia das políticas sociais, só conseguiu resultados, quando a discussão passou a estar presente no cerne da discussão governamental do país após o fim do regime militar em 1985. Com isso, um novo sistema de proteção social mediante lutas e resistências era garantido pela Constituição Federal de 1988<sup>9</sup>.

Todavia, neste mesmo período a hegemonia neoliberal vinha ganhando espaço no exterior e logo chegou ao Brasil no governo de Collor e com isso, o que parecia ser possível, voltou a se tornar uma utopia à classe pobre brasileira, pois com os objetivos de desenvolvimento econômico do Estado alimentado pela doutrina neoliberal, Silva, Yazbek e Giovanni afirmam que para o Estado neoliberal que buscava o ajuste econômico:

[...]as políticas sociais são consideradas variável dependente do crescimento econômico, com recomendação de cortes nos gastos sociais, ocorrendo conseqüente desativação e redução de programas sociais, o que representa total abandono do movimento em direção à universalização e ampliação dos direitos sociais, que marcaram as lutas políticas dos anos 1980. (2008, p.31)

Neste sentido, é possível afirmar que o neoliberalismo aderido neste período, por meio do governo de Collor, deu um golpe na constituição, no que tange ao sistema de proteção social. Isto foi possível por que a oferta das políticas sociais pelo Estado são ações totalmente incompatíveis com o modelo neoliberal e neste contexto, a política social que deveria ganhar lugar legal mediante a constituição, perdeu espaço para as privatizações, desemprego, dentre outros males da hegemonia neoliberal.

---

<sup>9</sup> Refere-se ao Título VIII que visa garantir a seguridade social como diz o art. 194 da Constituição: A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (EC no 20/98) *Parágrafo único*. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I – universalidade da cobertura e do atendimento; II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV – irredutibilidade do valor dos benefícios; V – equidade na forma de participação no custeio; VI – diversidade da base de financiamento; VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL, 2016, p. 117).

Neste cenário, Yazbek afirma que: “tem início a construção de uma nova concepção para a Assistência Social brasileira, que é regulamentada em 1993, como política social pública, e inicia seu trânsito para um campo novo: o dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal”. (YAZBEK, 2012, p. 303). No prolongar dos anos e com o surgimento de outro governo, este sendo o de FHC a autora afirma que neste:

A busca da estabilização da economia e do equilíbrio orçamentário e fiscal a partir do Plano Real leva, no período dos governos de FHC (1995-98 e 1999-2002) a resultados pouco favoráveis para a proteção social na esfera pública estatal. O ambiente é de desacertos e tensões entre a adequação ao ambiente neoliberal e as reformas sociais exigidas constitucionalmente (YAZBEK, 2012, p. 305).

A partir desta incompatibilidade de ideologias entre políticas sociais e neoliberais, este governo como afirma a autora também priorizou a política neoliberal em detrimento das políticas sociais que o Estado deferia ofertar. A questão social ficou em segundo plano. Contudo é importante salientar o que expressa a autora sobre o referido governo:

Apesar de eleger como prioridade absoluta o ajuste e a estabilidade econômica e dar pouca atenção à agenda social, a partir de 2001 o governo FHC tenta reverter esse quadro ao criar por meio, de um contrato com o BID, a “rede de proteção social”. Esta “rede” introduziu no campo social de forma seletiva um conjunto de ações setoriais voltadas para os segmentos mais vulneráveis da população. Essas ações conjugavam serviços sociais e transferências monetárias, com destaque para a expansão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — Peti, criado em 1996, para o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação — Bolsa-Escola, o Programa Bolsa Alimentação, o Agente Jovem e um pouco mais tarde o Auxílio Gás (2002) (YAZBEK, 2012, p. 306).

É possível dizer conforme as afirmações citadas que este governo apesar de priorizar os ideais econômicos do neoliberalismo em detrimento das políticas sociais, findou causando significativa importância no que se refere as conquistas das políticas sociais. A autora ainda afirma que estes programas devido seu tamanho e público atendido, apesar de nascerem de maneira estritamente seletiva no que se refere ao público alvo, foram sem dúvidas, o que ampliou a consideração do Estado com as políticas de transferência de renda no Brasil após a CF de 1988.

Entretanto, em meio aos embates e lutas que transcorreram a história dos PTR's, é necessário fazer menção no que tange a identificação dos movimentos pioneiros para a implementação destas políticas de transferência de renda no Brasil. Contudo, para completar a análise da autora, é necessário abordar neste momento as ações do governo Lula, este por vim logo após a FHC. Para Yazbek, no governo Lula:

[...] a questão social, e particularmente o enfrentamento da pobreza, passa a ser alvo de novas abordagens. O combate à fome e à miséria, expresso no início do primeiro governo Lula pelo emblemático Programa Fome Zero, cujo “Cartão Alimentação” teve seu lançamento simbólico no dia 3 de fevereiro de 2003 nos municípios de Acauã e Guaribas no Piauí, com a distribuição de cartões para quinhentas famílias. Ainda em

2003 o “Cartão Alimentação” foi unificado ao Programa Bolsa Família, o que significou um importante passo na busca de articulação do sistema protetivo no país. (YAZBEK, 2012, p. 307).

Como é possível notar, o governo Lula não apenas deu continuidade às políticas de transferência de renda implementadas no governo de FHC, como também as unificou ampliando seu público afetado. Entretanto, esta é uma discussão que será abordada no capítulo referente ao programa Bolsa Família, por tratar-se do foco deste trabalho, onde ampliaremos esta discussão.

#### **4.2 - Os Programas de Transferência de Renda como política social do estado brasileiro**

Para a compreensão do conceito e importância do que são os programas de transferência de renda segundo a legislação brasileira, levaremos em conta o que diz o documento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) 2004 que fala que transferência de renda são:

Programas que visam o repasse direto de recursos dos fundos de Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos, que levem à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local (BRASIL, 2004, p. 95).

Diante o exposto, que nos permite compreender os programas de transferência de renda como possibilidade de ascensão/emancipação econômica dos sujeitos desamparados ou impossibilitados de conseguir renda para preservação e manutenção da vida, partiremos para o contexto que se refere aos movimentos que buscaram conquistar a implementação dos PTR's no Brasil, neste podemos iniciar recapitulando com as escritas anteriores de que as lutas pela implementação desta política já aconteciam desde a década de 1970 representada pelos escritos de Silveira (1975), conforme afirma Silva e Silva (2005). Contudo é necessário salientar que, as propostas de transferência de renda só ganharam força após a apresentação e aprovação do Projeto de Lei nº 2.561 apresentado pelo senador da república Eduardo Matarazzo Suplicy (PT/SP) onde visava a implementação dos Programas de Garantia de Renda Mínima (PGRM).

Todavia, antes de aprofundarmos o momento de conquista legal dos PTR's no Brasil, abordaremos a trajetória de implementação destes programas segundo os estudos de Silva e Silva 2006. Para a autora, a trajetória de implementação dos PTR's é caracterizada por cinco momentos. O primeiro se refere exatamente aos debates em 1991 a respeito do projeto de lei de Suplicy aprovado pelo senado que visava os programas de renda mínima para a população pobre. Nesta lei aprovada, Suplicy defendia o “[...]Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), para beneficiar todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade

com uma renda que correspondesse, atualmente, a cerca de 2,25 salários mínimos” (SILVA e SILVA, 2006, p. 2).

No segundo momento, também ainda no ano de 1991 a autora afirma que este período foi o que classificou e marcou o aperfeiçoamento dos PTR's. Explicando esta afirmação, a autora diz que se refere: “[...] à proposição de CAMARGO (1991; 1993; 1995) sobre a necessidade de articulação da garantia de uma renda mínima familiar com a educação. Nesse sentido, o autor indica a família, no lugar do indivíduo, como unidade básica de atenção desses programas”. (SILVA e SILVA, 2006, p. 2). Dito de outra forma, o alvo para receber a renda transferida não deveria ser um sujeito específico na família, porém, a família em conjunto, por causa da demanda de necessidade a qual fazia parte todo um coletivo e não apenas um indivíduo. Nesta perspectiva ainda se buscava relacionar a transferência da renda com a educação, devido à forte relação existente entre o fenômeno da pobreza e os baixos índices de educação. Seguindo a cronologia, com um período maior de intervalo entre os anos que marcam a trajetória dos PTR's, Silva e Silva afirma que o terceiro momento:

[...] foi iniciado em 1995 com a implantação das primeiras experiências de Programas de Renda Mínima/Bolsa Escola, inicialmente em Campinas, Brasília e Ribeirão Preto, estendendo-se para várias outras cidades e Estados brasileiros, de modo que, em 1996, foram iniciadas as primeiras experiências de iniciativa do governo federal, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Benefício de Prestação Continuada e, em, 1999 foram iniciadas as experiências estaduais (SILVA e SILVA, 2006, p. 2).

Neste período apresentado pela autora, já podíamos perceber os primeiros PTR's que datavam o início da atenção do Estado com a classe pobre, após a promulgação da CF. Sem dúvida este momento teve grande importância sobre os PTR's no Brasil. Neste período de prevalência da hegemonia neoliberal do governo de FHC, também ficou marcado o quarto momento. Contudo, com um intervalo um pouco maior se comparado ao intervalo do segundo para o terceiro. Para Silva e Silva, o quarto momento que marca o desenvolvimento dos PTR's:

[...] iniciou-se em 2001, penúltimo ano do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, já no seu segundo mandato (1999-2002). Ampliaram-se os programas de iniciativa do Governo federal, com a criação do Programa Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Esses programas atingiram uma abrangência geográfica e foi aplicado um grande volume de recursos, que foram apontados, no discurso do então Presidente da República, como o eixo central de uma "grande rede nacional de proteção social". (SILVA e SILVA, 2006, p. 2)

Nesta direção, em que se desenvolviam os PTR's com a criação de novos programas, apesar de ser notável a pouca atenção com a manutenção, reforma e ampliação destes programas desde o momento que os implementou, chega-se ao quinto e último momento marcado em outro

governo, este sendo o de Lula que inicia em 2003. Silva e Silva corrobora com Yazbek 2012, afirmando que neste governo o:

Destaque passou a ser dado à prioridade para o enfrentamento da fome e da pobreza, no país, situando as Políticas Sociais enquanto importantes mecanismos na construção desse projeto. Desde que articuladas a uma Política Econômica que propicie o crescimento, a redistribuição de renda e a elevação dos níveis de emprego. Nesse Momento, iniciado em 2003, foi destacada, também, a necessidade da construção de uma proposta para Unificação dos Programas de Transferência de Renda, representada pela instituição do Programa Bolsa Família, lançado ainda em 2003. Registrou-se a elevação dos recursos orçamentários destinados a esses Programas; foi aprovado e sancionado o Projeto de Lei n. 266/2001 do Senador Eduardo Suplicy, instituindo uma Renda Básica de Cidadania e foi criado, em janeiro de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em substituição ao Ministério da Assistência Social e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (SILVA e SILVA, 2006, p. 2).

Nesta direção, o que marcou este momento foi sem dúvidas as ações que unificaram os PTR's além de ampliar o público atendido por esta política, trazendo desta forma uma política de transferência com perfil mais abrangente. Neste período, com as articulações de unificação dos programas, conforme citado, a redução da fome teve resultados positivos, pois com o acesso a uma renda mínima que pudesse contribuir para a obtenção da alimentação seria possível a partir deste ponto alcançar o saciar da fome.

Entretanto, para fundamentar os bons resultados que os PTR's trouxeram após a sua unificação, precisamos reconhecer a maioria destes programas como Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC), algo um pouco diferente do que propunha Suplicy com seu projeto.

Segundo Soares e Sátyro, diferente do que era proposto pelo projeto de Suplicy, quanto a oferta dos PGRM, foi inicialmente ofertado no Brasil ainda no ano de 1995 os Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC). Enquanto os PGRM visavam apenas a transferência de renda sem cobranças ou condições de seu público beneficiário, os PTRC buscavam transferir a renda de modo que seus beneficiários cumprissem as condições exigidas pelos programas.

Com isso, a implementação dos PTRC, que iniciou em 1995 como experiências municipais, se sucedeu no ano de 1996 com a criação do primeiro PTRC federal, este sendo o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). O Peti buscava através da transferência de renda para crianças de 7 a 15, resgatá-las do meio de trabalhos perigosos a sua vida, ou que de tal modo a explorassem. Em resposta, as crianças deveriam ter o percentual mínimo de 75%

a frequência escolar (Soares e Sátyro, 2010, p. 30). Quanto a responsabilidade sobre este programa, a Seas<sup>10</sup> respondia por esta função

Na sequência das experiências, em 2001 surgia o segundo PTRC chamado de Bolsa Escola Federal, o qual o Estado também ofertava mediante inspiração nesse programa aplicado inicialmente em Brasília (Soares e Sátyro, 2010, p. 30). Neste programa a exigência de frequência passava dos 75% para 85% e o público alvo eram crianças de 6 a 15 anos e o responsável pelo programa era o Ministério da Educação.

Soares e Sátyro ainda afirmam que após a implementação estes programas, as ações do governo quanto a criação de programas não parou e com isso:

Um pouco depois do Bolsa Escola, foi criado o Bolsa Alimentação, cujas contrapartidas eram: aleitamento materno, exames pré-natais para gestantes e vacinação das crianças. O valor da bolsa era de R\$ 15,00 por criança entre 0 e 6 anos, com teto de R\$ 45,00 por família. O programa estava a cargo do Ministério da Saúde. Em 2003, foi criado um quarto programa, o Cartão Alimentação. Tratava-se de uma transferência de R\$ 50,00 para famílias cuja renda *per capita* não alcançava meio salário mínimo. Os recursos deveriam ser usados exclusivamente na compra de alimentos (SOARES e SÁTYRO, 2010, p. 30).

Como é possível perceber, os quatro programas criados eram distintos, focalizados em públicos específicos e delimitados, além de serem supervisionados por órgãos diferentes. Os autores afirmam que os programas, independente da esfera estatal que eram ofertados, mostravam perceber o fenômeno da pobreza como algo grave para a sociedade. No entanto também afirmam que:

A situação dos programas de transferência de renda condicionada em 2003 era simples: o caos. Cada programa federal tinha sua agência executora e a coordenação entre elas era mínima. Os sistemas de informação desses quatro programas eram separados e não se comunicavam, de modo que uma família poderia receber todos os quatro, enquanto outra, vivendo em condições iguais, poderia não receber transferência alguma (SOARES e SÁTYRO, 2010, p. 31).

Dentre os múltiplos problemas presente nos programas desenvolvidos, é possível perceber ainda segundo os autores, a falta de universalização quanto aos programas no que tange o seu atendimento a nível nacional, ou seja, os programas não alcançavam todos os públicos necessitados desta política. Nesta perspectiva, sobre os desafios que poderiam ser enfrentados para solucionar os grandes problemas de execução quanto a necessidade de se firmar um sistema de proteção social, foi criado o bolsa família “[...]cujo objetivo primordial era organizar os quatro programas em apenas um. O PBF também incorporou o Vale-Gás, uma transferência sem contrapartida, mas também incorporada por outro ministério com seus próprios critérios e valores de benefício”. (SOARES e SÁTYRO, 2010, p. 31).

---

<sup>10</sup> A SEAS referia-se a Secretaria Estadual de Assistência Social de cada estado.

### 4.3 - O Programa Bolsa Família

Este ponto, por tratar-se do que consideramos um dos pontos fulcrais deste trabalho, buscará descrever e analisar a institucionalização legal do Programa Bolsa Família (PBF), os objetivos que o amparam ideologicamente como proposta para superação do fenômeno da pobreza, os critérios de seleção das famílias para ingresso no programa, os tipos de benefícios transferidos, as condicionalidades e os resultados que o programa obteve desde a sua implementação até os dias atuais.

O Programa Bolsa Família foi criado pela Medida Provisória nº 132 de outubro de 2003 e funcionou por um curto período até que esta medida se tornasse na Lei de nº 10.836 de janeiro de 2004. Como foi dito, o objetivo da lei tratava-se inicialmente de unificar os programas já existentes de modo que melhorasse a execução e fiscalização destes programas. Como fundamentos que firmem estas afirmações, analisemos o que diz o parágrafo único do artigo 1º que trata da criação do programa. Este, diz que o PBF:

[...] tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001 (BRASIL, 2004, p. 1).

Como é possível notar o programa Peti até neste momento não havia sido unificado juntamente aos outros programas para instituir o PBF, contudo, segundo Brasil (2015), em 2005 o Peti foi integrado ao Bolsa Família, passando por outros processos nos anos seguintes.

Ainda sob o enfoque legal do PBF, é importante salientar o que diz o decreto de nº 5.209 de setembro de 2004. Este, sob a perspectiva de regulamentar o PBF, em seu artigo segundo diz que:

Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além de outras atribuições que lhe forem conferidas, a coordenação, a gestão e a operacionalização do Programa Bolsa Família, que compreende a prática dos atos necessários à concessão e ao pagamento de benefícios, a gestão do Cadastramento Único do Governo Federal, a supervisão do cumprimento das condicionalidades e da oferta dos programas complementares, em articulação com os Ministérios setoriais e demais entes federados, e o acompanhamento e a fiscalização de sua execução. (BRASIL, 2004, p. 1).

Vale dizer então que a responsabilidade de execução e fiscalização do PBF caberá apenas a um órgão competente, diferente do que era feito com os outros programas unificados

pelo PBF. Contudo, é necessário dizer que o envolvimento quanto a estas responsabilidades compete as três esferas estatais, sendo estas federal, estadual e municipal. Outro ponto importante a destacar sobre este decreto é o artigo 4º que descreve os objetivos básicos do PBF. Estes objetivos são organizados em cinco, sendo eles:

I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV - combater a pobreza; e V - promover a intersectorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASIL, 2004, p. 2).

Ao considerarmos este artigo como ferramenta que regulamenta e pressupõe os objetivos do PBF, é possível afirmar os compromissos do programa mediante a sua regulamentação, principalmente no que tange o acesso aos serviços públicos e a emancipação econômica das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Estes objetivos, se efetivados, talvez sejam os principais responsáveis pelos bons impactos causados pelo PBF na sociedade.

Quanto as estratégias usadas para a superação do fenômeno da pobreza esta possui três eixos. O primeiro se refere ao **Complemento da Renda** – onde mensalmente as famílias recebem um repasse de renda do governo federal para que possam por meio deste aliviar suas condições de pobreza. O segundo destaca o **Acesso a Direitos** – estes direitos correspondem ao cumprimento de condicionalidades direcionadas do programa para as famílias. Ao fazer isso, é reforçado o acesso à educação, saúde e assistência social. Isto é proposto e explicitado como uma estratégia que possibilita rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, haja vista que por meio destes acessos, estas estarão inclusas socialmente. O terceiro e último eixo se refere a **Articulação com outras ações** – Nesta parte o programa procura juntamente com outros programas promover o desenvolvimento social, para tentar superar o fenômeno da pobreza. É importante lembrar que as ações do programa são descentralizadas, competindo responsabilidades para as esferas municipal, federal e estadual.

#### 4.3.1 - Os critérios para seleção dos beneficiários

No tocante aos critérios de seleção para participação no programa, Brasil (2015) explica que o seu público alvo são os pobres e extremamente pobres e para caracterizar esses dois públicos foi definido um limite de renda para cada um. Neste sentido, podem ser atendidas pelo programa: “Todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais;

Famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos” (BRASIL, 2015, s/p).

Entretanto, é necessário lembrar que para participar do programa, não é necessário apenas atender esses critérios, é preciso também se cadastrar no Cadastro Único para este avaliar a situação da família e conforme as regras do programa inseri-la ou não no programa. E para sair do programa, serão avaliadas as situações das famílias mediante atualização cadastral que demonstrarão os avanços ou estagnação econômica da família fazendo esta permanecer ou não no programa. O não cumprimento das condicionalidades também inferem no desligamento das famílias ao programa.

#### 4.3.2 - Os tipos de benefícios do PBF

No que tange os benefícios repassados para as famílias, o programa dispõe de quatro tipos. Estes são representados pelo quadro abaixo.

<b>Benefício Básico</b>		Destinado para famílias em situação de extrema pobreza que recebem por pessoa mensalmente o valor de até R\$ 89,00 reais.
<b>Benefício Variável (BV)</b>	Ligado a criança ou adolescente de 0 a 15 anos.	Repassado as famílias que recebem mensalmente o valor de até R\$ 178,00 reais por pessoa, além de terem em sua composição crianças e adolescentes de 0 a 15 anos <sup>11</sup> .
	Ligado à Gestante	Repassado as famílias que recebem mensalmente o valor de até R\$ 178,00 reais por pessoa, e que tenham grávidas na composição da família. Neste a família recebe nove parcelas mensalmente se informar a gravidez ao sistema do bolsa família na saúde.
	Ligado à Nutriz	Repassado as famílias que recebem mensalmente o valor de até R\$ 178,00 reais por pessoa e que tenham crianças em idade de 0 a 6 meses de vida. Neste a família recebe seis parcelas mensalmente se a criança tiver incluída no Cadastro Único.

<sup>11</sup> Para as crianças entre a faixa etária de 6 a 15 anos é exigida a frequência escolar.

<b>Benefício Variável Vinculado ao Adolescente</b>	Repassado as famílias que recebem mensalmente o valor de até R\$ 178,00 reais por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos na composição das famílias, como condição é exigida a frequência dos alunos.
<b>Benefício para Superação da Extrema Pobreza</b>	Repassado as famílias que mesmo após receberem os outros benefícios, continuem com renda mensal per capita abaixo de R\$ 89,00 reais. Este benefício é calculado individualmente para que as famílias alcancem o piso de R\$ 89,00 reais.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2015.

#### 4.3.4 - As Condicionalidades do PBF

Como dito anteriormente, para receber e manter o recebimento dos benefícios do bolsa família, as famílias devem cumprir contratos estabelecidos entre o programa e o beneficiário, chamados de condicionalidades. Conforme Brasil (2004), estes compromissos estão divididos em duas categorias sendo estas da saúde e da educação. No entanto, estes compromissos não são apenas para os beneficiários, o poder público, também responde sob a responsabilidade de ofertar e garantir os serviços públicos às famílias. Estas afirmações estão fundamentadas melhor em Brasil, em seu artigo 28, quando este sanciona que:

São responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do cumprimento das condicionalidades vinculadas ao Programa Bolsa Família, previstas no art. 3o da Lei no 10.836, de 2004: I - o Ministério da Saúde, no que diz respeito ao acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, da assistência ao pré-natal e ao puerpério, da vacinação, bem como da vigilância alimentar e nutricional de crianças menores de sete anos; e II - o Ministério da Educação, no que diz respeito à frequência mínima de oitenta e cinco por cento da carga horária escolar mensal, em estabelecimentos de ensino regular, de crianças e adolescentes de seis a quinze anos (BRASIL, 2009, p. 9).

Como podemos perceber, é por meio destas condicionalidades, mediante a garantia e oferta do poder público que estas famílias terão acesso conforme direitos e deveres aos serviços sociais públicos. Dito de outra forma, com objetivo de explicar de maneira minuciosa as ações exigidas pelas condicionalidades, é necessário pontuar que no tocante à educação:

— Os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola; A frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês. — Para as situações em que as crianças ou os adolescentes tenham que faltar às aulas, é importante que a família informe o motivo na escola, que o marcará no sistema onde

se registra o acompanhamento da frequência escolar, o Sistema Presença/MEC. Para isso, são disponibilizados 88 motivos no Sistema (BRASIL, 2015, s/p.).

Diante o exposto, é necessário levantar questionamentos sobre a efetividade destas ações e os impactos que as mesmas causam perante as suas exigências. Contudo, esta avaliação será realizada perante a coleta dos dados referente a esta problemática. Neste sentido, vale neste momento abordar as condicionalidades referentes a saúde. Sob tal enfoque, Brasil descreve tais compromissos dizendo que: “Os responsáveis devem levar as crianças menores de 7 anos para tomar as vacinas recomendadas pelas equipes de saúde e para pesar, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; As gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas na Unidade de Saúde”. (BRASIL, 2015, s/p.).

Nesta direção, vale ressaltar as justificativas para a existência e cobranças do cumprimento destas condicionalidades. Segundo Brasil (2015), estas ações buscam:

Garantir que o poder público ofereça, efetivamente, os serviços de educação e de saúde à população em situação de pobreza e extrema pobreza; Identificar quadros de vulnerabilidades entre as famílias que estão com dificuldades para acessar esses serviços públicos; Encaminhar famílias para a rede de assistência social, a fim de que elas possam superar a vulnerabilidade e voltar a cumprir seus compromissos; e Contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças e para que os estudantes de famílias do Bolsa Família concluam a educação básica, tendo melhores condições de vencer o ciclo de pobreza (BRASIL, 2015, s/p).

A relação da pobreza com famílias que apresentam baixos índices de escolaridade representa a importância da garantia de acesso à educação. Pois acredita-se que através deste acesso e a permanência da criança e adolescente na escola como ferramenta de acesso a bens e serviços, isto possibilitará a partir da formação do sujeito o rompimento do ciclo da pobreza que vem se repetindo a muito tempo. Abordado de outra forma, é possível dizer que “[...]uma transferência monetária a famílias pobres permite-lhes ter seus filhos fora das ruas e de trabalhos penosos, degradantes e precoces, enquanto permanecem na escola, interrompendo o círculo vicioso de reprodução da pobreza” (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2008, p. 150).

#### **4.3.5 - Características sobre o bolsa família em Mãe do Rio**

Segundo relatório do MDS, o bolsa família em Mãe do Rio atualmente tem 6.431 famílias cadastradas, o que equivale a aproximadamente 60,52% da população total do município, além de incluir 3.003 famílias encontradas em situação de extrema pobreza. No que corresponde as condicionalidades de educação, o programa precisa acompanhar a frequência de 6.836 crianças. A média de acompanhamento nacional é de 91,07%, mas no município na última vigência foi informada cerca de 88, 28% da frequência, o que é razoável segundo o

relatório para as condições em que vive o município. No campo da saúde, cerca de 5.319 famílias foram acompanhadas no último semestre. Nos dados do cadastro único, o município tem cadastrado aproximadamente 8.990 famílias. Dentre estas, 7.975 fizeram atualização cadastral o que resultou neste cadastro o montante de 7.319 famílias com uma renda de até meio salário mínimo. O que é considerável baixo e de justificável atenção.

## CAPÍTULO 5 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

*Chega a ser utópico crer que o mundo, um dia, estará livre de pobreza, fome, miséria, corrupção, preconceitos e todas as mazelas que tem assolado a humanidade ao longo da história, principalmente porque há aqueles que fomentam e lucram com todos esses males.*

*(Paulo Zargolin)*

Nesta parte, por tratar-se da espinha dorsal desta pesquisa, serão apresentados e analisados os dados coletados durante a aplicação das visitas para entrevista dos sujeitos diretamente ligados com o PBF ou com alguma relação com o programa. A discussão será feita em tópicos que aglutinem questões correlatas das três categorias dos sujeitos enquanto alunos, professores e responsável familiar, visando com isso, trazer evidências suficientes para responder à questão problema da pesquisa.

### **5.1 - O PBF na perspectiva dos sujeitos**

Diante das entrevistas realizadas, podemos observar que a percepção a respeito do PBF nas múltiplas visões que englobam os alunos, professores e responsável familiar, mostrou-se na maioria dos casos parecidas ou próximas. Nas leituras das entrevistas transcritas observamos receio na fala de alguns sujeitos entrevistados para tomar um posicionamento quanto a natureza do PBF. No entanto, diante das instigações e provocações com os entrevistados, foi-se aos poucos afirmando a hipótese sobre o conhecimento dos beneficiários quanto ao programa. Esta estratégia de provocações trouxe para o corpo do trabalho, a necessidade de direcionar atenção para o que vem sendo tratado a respeito da efetivação do direito à educação, e com isso a análise sobre a função social da escola.

O PBF em sua instituição tem foco em atingir as pessoas consideradas vulneráveis ou dependentes de apoio financeiro e serviços sociais. O mercado de trabalho tem sido estreitamente fechado pela exigência de formação e qualificação profissional da população que anseia conquistar um emprego, logo, com a ausência das empresas e do Estado no que compete a formação cidadã e profissional, a pobreza em seu processo de expansão por consequência das

crises do capitalismo tem fugido do controle do Estado e dos sujeitos tornando-se no decorrer do tempo a máquina produtora de pessoas informais.

Neste campo em que a informalidade que corresponde tanto a formação cidadã e profissional da sociedade quanto a geração de emprego e renda, o PBF em seu papel, tem buscado amenizar a fome de alimento e de educação. Nas perguntas que trataram sobre a concepção dos sujeitos quanto ao programa, obtivemos respostas que demonstram não apenas conhecimento, mas também consciência sobre a importância de investir a renda recebida na educação.

Na categoria de alunos beneficiários, questionada sobre o entendimento sobre o PBF, a aluna Laura pontuou que o Bolsa Família “é um programa do governo que ajuda as pessoas a se manterem com uma renda e alimentação. Por que muita gente não tem como se alimentar e isso tem ajudado bastante”. No que concerne os objetivos do programa, a aluna reiterou dizendo que o mesmo tem o “[...] objetivo de ajudar na alimentação da família e compra dos materiais escolares”.

Na perspectiva de outros alunos, o bolsa família:

[...] é uma bolsa para crianças, jovens e adolescentes que serve para beneficiar os estudantes com dinheiro para manter a casa, comprar roupa para os alunos, material escolar. [...] o objetivo é de ajudar pessoas carentes (pobres), existe para ajudar os brasileiros sem condições, que não tem como trabalhar ou não tem emprego. (Aluno Inácio).

É uma forma de ajudar as pessoas a conseguir estudar, comprar comida... essas necessidades[...] (Aluna Luana)

Eu acho que ele serve pra ajudar quem não tem dinheiro para comprar os materiais do colégio. (Aluna Talya)

Eu acho bom porque tá ajudando as crianças carente. Porque tem muita criança carente e tá ajudando. Aí é bom porque tá ajudando no material, na comida, numa roupa. [...] o objetivo é de ajudar criança carente (Aluno Antônio).

Para os alunos, o bolsa família é um programa que nasceu para ajudar as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Alguns inclusive, se reconhecem como sujeitos que necessitam desta bolsa que tem não servido apenas para custear a alimentação familiar, mas também para adquirir materiais de uso pessoal que possibilitam a entrada e permanência na escola. Essa associação da renda com as necessidades dos beneficiários tem assegurado aos objetivos que se destinou o programa como a alfabetização mediante acesso à escola, capacitação profissional, acesso à educação, dentre outros serviços sociais mínimos (SILVA, 2005, p. 271).

O professor Rodrigo narra sua concepção da seguinte forma:

Quando eu era jovem, estudante, criança, a minha família sempre recebeu. Então me ajudava muito a custear alguns materiais de escola, até ajudar em casa mesmo. Então minha concepção é que é uma forma de distribuição de renda que ajuda de fato as pessoas mais pobres, então até hoje, penso que é algo importante para ajudar a diminuir a preocupação com o que vestir, como alimentar os seus filhos, é uma segurança de que tu vais ter algo amanhã, mês que vem para a tua família. Na minha época era bolsa escola então pensava-se só para a escola, hoje em dia é uma coisa mais para a família, mais para a casa.

Nesta resposta o professor afirmou o que se discutiu a respeito do estreitamento quanto a transferência do programa bolsa escola que antecedia o PBF e não tinha uma perspectiva de atendimento global para os sujeitos. Fechava-se em atender os estudantes. Além disso, podemos observar que a renda transferida para a família do professor, de certa forma contribuiu para a ascensão social do mesmo que foi beneficiário, na situação de pessoa vulnerável e hoje não apenas deixou o programa como tornou-se professor, o que resume dizer que o acesso e permanência da escola o ajudou a emancipar-se economicamente através do emprego conquistado por ter uma formação profissional. No tocante aos objetivos que justificam a necessidade de um programa como o Bolsa Família para a sociedade, o professor disse:

Penso que existe por uma necessidade de suprir necessidades básicas de famílias de baixa renda que por vários motivos sofrem as contradições da sociedade. Penso que é uma forma de distribuição de renda para as pessoas carentes que realmente precisam. Existem famílias que se não tiverem essa ajuda, elas temem ou podem mesmo passar fome ou passar outros tipos de necessidades básicas, então, é algo que vai no sentido de distribuir uma certa quantia de renda para diminuir os impactos da sociedade desigual que a gente tem. É uma forma de diminuir esses impactos em cima das famílias mais vulneráveis socialmente (Professor Rodrigo)

Na perspectiva de uma professora, a renda:

[...] não é um salário, um meio econômico de sustentar aquela família, mas já é um meio de ajudar aquela família, para ser uma família digna, para que não vejam os filhos passando fome, andando descalço ou faltando na escola por que não tem condições de comprar um caderno e um lápis para criança ir para aula (Professora Marcela).

Para os professores, o Bolsa Família segundo a percepção dos mesmos tem agido como redutor de impactos negativos causados pelo capitalismo como o caso da pobreza. Esta pobreza que por muito tempo forçou o trabalho infantil e contribuiu para o afastamento das crianças e adolescentes da escola para que estas crianças trabalhassem para ajudar os pais com os gastos individuais de cada membro familiar hoje frequenta a escola pela segurança que a renda tem proporcionado.

Do ponto de vista dos pais:

Ele serve como suporte né, uma ajuda para os meninos, serve para comprar os material pra eles, material escolar. Ele supre né, porque em todas as famílias sempre tem aquele momento que algo acontece na vida da gente que muitas vezes vem pra suprir alguma coisa. E essa bolsa família tem suprido aqui pra gente. A gente não tem um salário fixo né. E tem cooperado muito com os dois meninos que eu tenho aqui, dá pra

comprar o caderno dele, dá pra comprar uma roupa tem sido útil pra família, pra eles, pra manter alguma coisa. (Pai Rafael).

As demais respostas dos sujeitos entrevistados apontaram grande comparação das respostas já descritas no trabalho, por este motivo, buscamos trazer as falas que trouxessem algo diferente dos depoimentos dos demais. Como é possível notar, a compreensão dos sujeitos revela tanto o conhecimento sobre o programa quanto a importância deste na vida de seus beneficiários. Para a maioria dos beneficiários o programa foi caracterizado como algo bom e indispensável para as pessoas carentes de grande valia para as despesas da casa, da alimentação e da educação. No caso da educação o enfoque tornou-se maior, todas as categorias de entrevistados tanto daqueles que foram entrevistados quanto os que administram a renda, na maioria dos casos, o uso final destinou-se a manutenção da educação.

Este direcionamento da renda para educação pode ser compreendido como uma estratégia de superação das consequências nefastas causadas pela lógica do capitalismo. Neste percebemos o discurso da liberdade de desenvolvimento e crescimento individual, porém é necessário ressaltar que esta liberdade que ora é ofertada, no que concerne o sujeito poder concorrer com seus pares, outrora é negada, no que se refere a falta de apoio estatal com os cidadãos desamparados pelas políticas públicas.

Neste sentido, percebe-se nas falas dos sujeitos os objetivos do PBF no que tange incluir socialmente em serviços sociais mínimos aqueles que sem a renda do programa por um lado tinham o direito de acesso à escola, mas por outro, a falta de um auxílio que ajudasse na permanência dessas pessoas no âmbito escolar. Na observação que remete a CF de 1988, podemos destacar o inciso I do artigo 206 que trata da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 2016, p. 123). Algo que pelo que a lei, deve haver as mesmas condições para todos adentrarem e usufruírem do âmbito escolar. Como é possível observar, talvez ainda não tenhamos igualdade de condições pela via de transferência de renda do PBF, contudo, o mesmo tem possibilitado avanços significativos para as pessoas no que corresponde a compra de materiais, de alimentação e da manutenção da estrutura de moradia como auxílio para ascensão econômica.

## **5.2 - O PBF e o impacto na formação escolar**

No que compete a formação escolar dos alunos beneficiários do PBF, buscou-se analisar os impactos educacionais através das entrevistas que se referiam a percepção dos entrevistados

sobre as condicionalidades exigidas pelo programa. Contudo, direcionando foco para a campo da educação que traz como exigências a frequência mínima de 85% e a matrícula de crianças e adolescentes. Estas condicionalidades tem sido foco de muitas pesquisas sobre a sua real necessidade, por este motivo, busca-se saber que retorno à aplicabilidade dessas condicionalidades tem trazido para as pessoas beneficiárias do PBF em Mãe do Rio.

Assim, no tocante a percepção dos responsáveis pelo PBF quanto as condicionalidades:

É bom, isso aí é correto, que a criança tem mesmo que estudar a mãe tem que cuidar da criança, tem que ver a carteira de vacinação, tem que acompanhar, tem que ter todo tempo os pais ao lado das crianças (Mãe Marina).

Eu acredito que isso tudo é uma parte que os pais já têm que ter, tanto que ter o hábito de levar os filhos na escola, não só influenciado pelo bolsa família, mas desde cedo, traçar um caminho para seu filho na educação (Pai José).

Eu acho bom, por que tem pai que não leva o filho para escola, aí as vezes coloca no trabalho infantil. .... Então acaba as vezes até tirando as crianças das ruas, de tudo, eu acho muito boa essa condição (Mãe Fernanda).

Para os pais, as contribuições das condicionalidades são importantes de acordo com as exigências e justificativas apresentadas para a existência das condicionalidades, apesar de reconhecerem que é necessário que os pais ajam por consciência e não por coerção do programa. No que concerne os pontos positivos, alguns destacam a importância dessas condicionalidades como uma forma de diminuir o trabalho infantil praticado por muitas famílias para complementar a renda necessária para a família no final do mês de maneira que possa ajudar nas despesas da casa. Esta condição então fortalece o que diz o ECA<sup>12</sup> em seu artigo 60 “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (BRASIL 2017, p. 48).

Sobre tal ponto em que percebemos a lógica do capitalismo compreendida nas suas ações em que obriga os pais desprovidos de renda a incluir os filhos nas atividades trabalhistas, recorremos a Marx que pontua:

O palavreado burguês sobre a família e a educação, sobre os doces laços que unem a criança aos pais, torna-se cada vez mais repugnante à medida que a grande indústria destrói os laços familiares dos proletários e transforma suas crianças em simples artigos de comércio em simples instrumentos de trabalho. (MARX e ENGELS, 2005, p. 55).

É válido a partir deste ponto perceber como o mercado mediante seu crescimento na ausência de leis que proibissem o trabalho infantil esteve se apropriando dessa força como energia para seu desenvolvimento que hoje, contrariamente tem negado emprego para estas

---

<sup>12</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente instituído sob a Lei de nº 8.069/90 que dispõe sobre os direitos das crianças e adolescentes e dá outras providências.

famílias carentes, que atualmente encontraram como alternativa o caminho do trabalho informal e muitos apenas o auxílio do Bolsa Família. Importa ressaltar que este combate ao trabalho infantil aqui citado já vinha acontecendo anteriormente com o programa Peti. Mas que no decorrer de implementação do PBF, continuou como uma luta prioritária do Estado. Na narrativa de outra mãe quanto a sua percepção específica sobre as condicionalidades de educação no que tange a exigência da frequência escolar, a mesma diz:

Muito boa, minhas filhas sempre foram estudiosas, mas essa condição ajuda mais elas a terem responsabilidade com a presença na escola, por que é o melhor para o futuro delas. A minha filha mais velha quando ela começou a receber ela teve muitos cursos lá em Belém, que o CRAS disponibilizava lá para aprender, curso de computação, aprender a cozinhar, aprender a fazer doces, sabe tinha muitos cursos bons, e isso é bom para os jovens, para ele ter outros tipos de formações por que hoje em dia, você estuda, trabalha, mas também se você puder fazer outra coisa por fora, para você ganhar um dinheirinho limpo, é bom. (Mãe Marina).

Além da ajuda no aumento de responsabilidade para os jovens no que tange a frequência na escola, para esta mãe, o ingresso no PBF possibilitou o acesso também aos meios profissionalizantes ofertados pelo CRAS<sup>13</sup> para os beneficiários, o que para a mãe é uma forma de combinação entre formação educacional e trabalho autônomo que possa capacitar o sujeito para a obtenção de renda por vias legais. Esta concepção da mãe um tanto comum nos permite analisar como estas atitudes podem estar relacionadas com a teoria do capital humano onde se acredita que ao se investir em saúde e educação, as pessoas que recebem estes investimentos poderão desenvolver-se de maneira que possam contribuir para o desenvolvimento da nação (ANDRADE 2010, p. 4). Para outros pais, como o caso do Rafael, as condicionalidades não apenas contribuíram na responsabilidade dos alunos, como também fortaleceram o discurso de pai no que tange a importância da formação para a conquista de objetivos quando o mesmo diz: “Contribui muito, ele traz um incentivo a mais, no incentivo da minha família, isso tem ajudado muito eles. Reforça a minha fala de pai. (Pai Rafael). Os objetivos a que a família se propõe a alcançar através da educação tiveram maior relevância através da importância de se frequentar a escola como pressuposto para se alcançar metas.

Na percepção dos alunos que são os protagonistas que cumprem a maior parte destas condições:

Eu acho que tá super certo né. Por que tipo, da escola que fala que tem que ter a frequência, eles ajudam na forma que as crianças vão se educando, tento um bom

---

<sup>13</sup> O Centro de Referência de Assistência Social, popularmente conhecido como Cras, é uma das principais unidades do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Nele, a população tem acesso a benefícios, programas, políticas públicas e direitos previstos na Constituição Federal. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/agosto/cras-oferece-acesso-a-beneficios-programas-e-politicas-publicas-para-toda-populacao>. Acesso em: 15 de out. 2018.

estudo, uma boa estrutura pra quando elas crescerem terem emprego e uma boa renda.  
(Aluna Laura)

Eu acho bom por que ajuda a gente ficar mais saudável, ajuda na saúde das pessoas. Na educação eu acho bom por que a ajuda a criança ter um futuro melhor quando ela crescer. (Aluna Luana)

Acho necessário, por que se eu ficar faltando pode até cortar o bolsa família, se eu faltar é ruim para minha educação, e quando eu crescer eu não vou ser alguma coisa, eu vou ficar trabalhando de bico, aí atrapalha muito a minha vida (Aluno Antônio)

Para os alunos, a cobrança de condicionalidades referente aos serviços oferecidos pelo campo da saúde se encaixam na importância de preservar a saúde e a frequência escolar como oportunidade de aprendizado e progressão nos estudos, que possam garantir um futuro digno afastado do trabalho informal citado por Antônio. No que tange o trabalho informal, este sendo um caminho de superação de necessidades básicas, tem direcionado os pais já na infância a guiarem seus filhos para o caminho do trabalho infantil como alternativa de sobrevivência.

Isso em muitos tempos ocasionou no analfabetismo das pessoas, sobrando como única opção os trabalhos informais como o caso dos chapas que ainda hoje existem e trabalham em Mãe do Rio como foi citado anteriormente neste trabalho. Por outra ótica, o método de adquirir renda seria por meios ilegais. Esta observação é colocada por outro aluno quando diz o seguinte: “A exigência de frequência do aluno a escola é boa porque ajuda o adolescente a sair da rua, do caminho das drogas” (Inácio). Para os demais alunos, a importância do acesso visa a expectativa de uma boa qualidade de vida na fase adulta, representada por formação superior e um bom emprego, o que para eles é a característica necessária para serem sujeitos como se percebe nas falas:

É Bom né . tanto ajuda no bolsa família quanto no dia das provas. E não pode faltar. Por que na escola vai poder fazer ensino médio, faculdade. (Aluno Marcos)

Eu acho bom por que o aluno não pode faltar na escola, e vai ajudar mais na educação pra quando chegar na frente, ser uma pessoa boa na vida. Se a gente faltar na escola a gente não vai aprender. (Aluno Sandro)

Em casos específicos o bolsa família mostrou-se como a única porta de entrada na escola para as crianças. É o que reflete a narrativa de uma aluna “Foi com o bolsa família que minha mãe pode comprar meu material pra estudar, que se não fosse pelo dinheiro pra comprar o material eu não estaria estudando” (Júlia). Isso nos provoca a pensar como viviam as crianças e adolescentes não atendidos pelo programa, mas que já eram amparados legalmente pelo artigo 208 da CF de 1988, inciso sétimo no que trata os deveres do Estado com a educação como “atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de

material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 2016, p. 119).

Na narrativa dos professores, a percepção quanto as condicionalidades mostraram-se um pouco diferente, deixando aberta a possibilidade de análise sobre a função social da escola enquanto espaço formativo de cidadãos. Para os professores, a frequência tem mantido o aluno na escola. No entanto, isso não é o suficiente para se alcançar o processo de aprendizagem nos alunos.

Eu acho isso muito interessante, de certa forma é um incentivo para mãe manter o aluno estudando, há uma grande procura dos pais principalmente quando eles cortam o bolsa família. Então houve realmente com a participação do programa, uma frequência melhor dos alunos na escola. Antigamente não era assim, como não havia essa cobrança, os alunos faltavam muito na escola, e os pais ainda não acompanhavam. [...] se o aluno vem mais para a escola ele vai ter mais chances de aprender, de estudar, isso não diminui a carência pedagógica, isso não diminui a falta de apoio, isso não diminui a deficiência que os alunos têm, a falta de valores, o incentivo realmente por estudar, mas impacta positivamente. (Professora Soraya)

Elas têm que ser uma situação de um ponto de partida daquela vulnerabilidade ali que ela vive. Mas deveria ter um pagamento diferenciado nesses jovens, aí entra na educação, uma escola que faz uma inclusão digital por exemplo, quando ele tá na adolescência ele tem ali um curso profissionalizante ou ele tenha um acesso a ensino que proporcione ele a ideia, a vontade e o conhecimento para fazer uma faculdade. (Professor Rodrigo)

[...] ainda se peca muito em analisar só uma frequência. [...] deveria ter outros mecanismos pra avaliar se esse menino, essa menina tá avançando também a nível de conhecimento. A gente enquanto escola, tem que buscar mecanismo pra ele perceber que ele pode mudar a realidade dele. [...] a gente ver testemunhos de pessoas que por conta de estarem na escola, colocam: não é por que meu pai é agricultor que eu não posso ser médico. (Professora Raimunda)

Como observado, na fala dos professores, a frequência exigida pelo PBF ajuda a manter o aluno na escola, até mais do que antes, o que pode de certa forma, contribuir no aprendizado deste aluno uma vez que ele está presente na escola, em meio ao ensino sistematizado. Contudo, ainda foi possível analisar os pontos falhos que os professores apontaram como necessários a serem corrigidos para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem, o que para eles vai além da frequência escolar exigida pelo programa. Neste enfoque, procura-se compreender que abordagens os professores têm usado para atingir estes alunos que de uma forma ou outra estão indo à escola. Nas possíveis rupturas apresentadas pelos professores, citou-se duas coisas, a primeira refere-se à necessidade de a escola enquanto instituição formadora, adote mecanismos para atrair e conscientizar o aluno da importância da formação que pode ser relacionada com a carência pedagógica citada por um dos professores. Para Rego e Pinzani:

[...] a permanência das crianças na escola não é suficiente para que sua formação as ajude a sair do círculo vicioso da pobreza. A frequência escolar é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir uma boa educação: sem escola de

qualidade, sem boas condições de estudo em casa, sem apoio de pais e professores, as crianças de famílias pobres muito dificilmente conseguem obter bons resultados e alcançar um nível de instrução suficiente para ter mais chances profissionais na vida (2014, p. 25).

Na segunda parte é colocada a necessidade de implementar ensino paralelo com cursos que capacitassem profissionalmente estes alunos de maneira que isto proporcionasse perspectivas futuras de formação superior. Algo a se observar, é que nessas falas afirma-se a necessidade de a escolar fortalecer sua função social para além da formação de pessoas para o mercado de trabalho. Pois uma vez desprezada a educação para a criticidade, para a reflexão de valores morais, éticos, que não transcenda a subjetividade:

[...] isto é, da renúncia por parte do Estado a formar cidadãos(ãs), é a desinformação generalizada, a indiferença política, cívica e, sobretudo, a transformação das pessoas em alvos fáceis para qualquer tipo de manipulação religiosa, ideológica, em especial a da demagogia política mais perigosa, deformadora de qualquer sentido republicano da vida coletiva (REGO e PINZANI 2014, p. 27).

Diante das falas analisadas, é possível afirmar que a preocupação da escola, como tradicionalmente vêm fazendo, declinou-se mais uma vez para atender a hegemonia do capitalismo direcionando o foco para a formação capacitativa, instrumental e tecnicista, pois, no momento em que a escola compreende a importância de conscientização dos alunos sobre o seu papel na sociedade, mas não combate à desigualdade, acaba refutando a importância de trabalhar a partir das especificidades e contextos em que vivem os alunos.

### **5.3 - Impactos do PBF para além da escola**

Compreendida a concepção dos entrevistados no que tange a natureza e objetivos do PBF e os impactos na formação escolar, têm-se por objetivo neste tópico descrever e analisar quais os possíveis impactos causados pelo PBF para além da escola. Para fazer essa análise foi necessário investigar as falhas ou defeitos apresentados pelos entrevistados, e as possíveis mudanças na vida dos beneficiários após a inclusão no programa.

No ponto de vista dos professores e dos pais no que compete as falhas sobre o programa, as narrativas na maioria dos casos estenderam-se sobre a necessidade de ampliar a renda e procurar beneficiar quem realmente precisa. Outro ponto importante são os depoimentos que se referem ao uso indevido da renda como forma de saciar algumas necessidades individuais de certo membro e não o coletivo de forma igualitária.

Seria melhor ampliação dessa verba, seria o ideal se fosse possível. Mas pela quantidade de clientela atendida, é muito complicado. Tem candidato querendo cortar o programa. É investido muito pouco na educação. A verdade é essa. Para que pessoas educadas, que questionem, que critiquem, que não aceitem, que queiram mudar a

realidade que estamos aí? Para os nossos políticos é melhor manter do jeito que está e perpetuar a pobreza. (Professora Soraya).

[...] eu acredito que no Brasil tão rico, no Brasil que tem um suporte tão bonito, de suprimento, um país tão rico que é, deveria haver melhorias, tem condições de ser mais amplo o programa, assim ampliar o programa ou colocar mais recursos no programa, porque recebo R\$180,00 por aí, mas tem pessoas que recebem R\$ 50,00. Até nisso, até no Bolsa Família a uma indiferença, e essa indiferença e não podia ser, porque não pegamos um patamar só? (Pai Rafael)

Como é possível notar, os professores e os pais têm atribuído conhecimento sobre a necessidade de o Estado ampliar os investimentos em programas sociais relacionados ao desenvolvimento da educação. Pois acredita-se que desta forma, o combate à pobreza e ao analfabetismo teriam mais solidez, uma vez que estas famílias com acesso a uma renda e educação que suprissem as necessidades da família e as necessidades da escola, poderia ser trabalhada a educação de maneira que emancipasse os sujeitos. No entanto, vale associar essa necessidade que não tem sido efetivamente cumprida ao que Marx dita sobre a relação entre máquina e trabalhador a que neste ponto associamos a educação e aluno.

A simplificação da máquina, do trabalho, é utilizada para fazer em primeiro lugar, do homem que ainda ver a ser, do homem totalmente não formado -a *criança*-, trabalhador, assim como o trabalhador tornou-se uma criança abandonada à negligência. A máquina acomoda-se à *debilidade* do ser humano para tornar o ser humano *débil* de uma máquina (MARX, 2004 p. 141)

É possível com isso dizer que mesmo que os objetivos do programa busquem ascender social e economicamente a classe pobre e esteja trabalhando para isso, é necessário dedicar mais atenção para as políticas e serviços sociais como o caso da educação, considerando que a ideia é alimentada pela vertente de inclusão social. Neste sentido, é preciso com isso lembrar que o caráter progressivo/distributivo<sup>14</sup> adotado desde a criação do PBF tem perdido espaço para a perspectiva liberal/neoliberal<sup>15</sup> do atual governo. Isso é afirmado quando se implementam políticas análogas às da década de 90 como as políticas de privatização, aumento do desemprego, corte de investimentos em serviços sociais de saúde e educação<sup>16</sup> e especificamente falando do PBF, houve exclusão entre 2017 e 2018 de aproximadamente 940 mil famílias do programa. O que em um momento de crise onde deveria haver aumento da renda

<sup>14</sup> Para a qual a transferência de renda é mecanismo de redistribuição da riqueza socialmente produzida e política de complementação aos serviços sociais básicos já existentes (SILVA e SILVA e LIMA, 2012, p. 233).

<sup>15</sup> Que concebe a transferência de renda como mecanismo compensatório, eficiente no combate a pobreza e ao desemprego, assumida como uma política substitutiva de programas e serviços sociais e como mecanismo simplificador dos Sistemas de Proteção Social (SILVA e SILVA e LIMA, 2012, p. 232).

<sup>16</sup> Considera-se a Proposta de Emenda Constitucional aprovada em 2016 a favor do corte de investimentos em saúde e educação por 20 anos conforme cita a proposta nº 55/2016. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3877571&disposition=inline>. Acesso em 17 de out. 2018.

conforme solicitam os beneficiários, antagonicamente tem sido diminuído, perpetuando desta forma o caráter repressivo do Estado quanto a preservação da pobreza.

Nas mudanças que aconteceram na situação dos alunos no contexto extraescolar, os impactos se concentraram na maioria dos casos também no investimento educacional, mas em outros casos, na efetivação de outros direitos constitucionais e humanos.

[...] a gente morava em uma casa bem pobrinha, eu morava com a minha mãe, depois eu fui morar com a minha avó por que ela tinha mais condições de me criar, aí minha mãe não tinha, então ela me deu para minha avó, eu morei com ela durante uns 10 anos, aí quando eu completei 11 anos eu fui morar com a minha mãe, hoje como ela recebe o bolsa família, ela tem condições de me criar, assim a gente vive uma vida bem melhor. (Aluna Luana)

Mudou, por que a gente pode ter nossa casa própria, que minha mãe comprou as coisas de dentro de casa que não tinha com a ajuda do dinheiro do programa. Minha mãe pode comprar meus matérias, uniforme, roupas e calçados. (Aluna Talya)

[...] eu posso vim todo dia para escola, eu posso comprar meus materiais, umas roupas, ter acesso a cursos assim minha educação aumenta cada vez mais, de vez em quando, eu faço umas aulas de reforço e o dinheiro do bolsa família me ajuda a pagar. (Aluno Antônio)

Na situação dos alunos beneficiários, os impactos causados pelos PBF para além da escola mostraram-se em dois campos, o primeiro foi a efetivação do direito à moradia conforme garante o artigo 6º da CF de 1988 no que compete os direitos sociais com o texto “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2016, p. 28). O segundo se refere sobre a possibilidade de estudar em ambientes externos a escola mediante pagamento com a renda do programa como o caso do aluno Antônio. Diante o exposto, convém dizer que apesar das rupturas a serem corrigidas, o PBF tem contribuído de forma significativa para a efetivação das leis e acesso a outros meios de educação.

## ABORDAGENS CONCLUSIVAS

De acordo com o arcabouço teórico e histórico apresentado sobre os espaços multidimensionais que a pobreza tem afetado no passado das antigas sociedades, foi possível perceber que as heranças da desigualdade social ainda perpetuam nosso presente com grande vigor e força e que por vezes nos fazem crer na sua eternidade. O Estado na sua macroestrutura e ideologia parcial tem usado sua força hegemônica pautado nos ideais capitalistas para sempre deixar os interesses dos menos favorecidos a mercê das sobras do capitalismo. Porém, alguns governos antagonicamente conseguiram governar para ambas as classes como conta a história do Brasil, mesmo que de alguma forma a classe dos dominados nos fins das crises do mercado sempre tenha sido a mais afetada.

Mediante este fato, importa ressaltar que estas ações que ora causam a miséria e segregação da sociedade, outrora tem causado desejo por expressão e luta para as conquistas de âmbito social. Nesse contexto, a luta por direitos tem trazido conquistas, mesmo que para conseguir tais direitos tenha sido necessário partir para o embate físico quando a racionalidade dos diálogos se esgotaram. Assim, o pressuposto fundante da garantia de tais conquistas tem sido pautado pelo direito a dignidade e humanidade. Esses princípios que por vezes tentam ser ignorados por governos autoritários e neoliberais tem transformado o país em um Brasil de luta. Uma luta que tem ultrapassado ideologias, teorias e até mesmo princípios.

Nesses momentos em que os menores são os que mais sofrem, se buscou analisar como o PBF tem impactado a educação de Mãe do Rio. Com base nos dados coletados e análise feitas, é possível inferir que o programa tem trazido significativas contribuições que impactam desde a oferta de alimentação até as condições de moradia e reflexão sobre direitos os direitos de cada cidadão tem.

A exigência de frequência escolar mostrou-se como importante e indispensável para o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que os pais não podem deixar o aluno faltar e devem direcionar a renda adquirida para a obtenção dos materiais escolares e pessoais do aluno. Desta forma, o aluno no âmbito escolar é um sujeito que pode ser afetado pelo meio educacional que a escola dispõe. Porém a escola mostrou que não tem conseguido dialogar com os objetivos do programa uma vez que o programa coage o aluno a escola, mas a mesma não consegue efetivar seu papel na presença do aluno. E os discursos levaram ao passo que o problema seja falta de políticas que incluam esse aluno em um processo de formação profissional.

Neste sentido, a intenção da escola em alinhar sua função ao contexto de formação profissional, tem deixado de lado a necessidade de educar para a criticidade, para a reflexão, para o exercício da cidadania, enfim, para a emancipação cidadã que Freire nos coloca, como uma educação contrária da persistente educação bancária, com um viés problematizador, libertador, humano, que busque romper com o processo de dominação, de tal modo que os sujeitos possam buscar sua emancipação (FREIRE, 1987, P. 43). Em síntese, a escola mostrou-se preocupada para a formação de sujeitos para o mercado e não para o mundo do trabalho como diz a constituição. O trabalho aqui citado para as crianças e adolescentes ficou em segundo plano. A educação é a porta que os beneficiários passaram a enxergar como possibilidade para a concretização de sonhos que idealizam de uma vida adulta digna, que componha uma formação de nível superior, com representatividade social que os caracterizem pela sua profissão registrada e que possa transcender o trabalho informal que muitos estiveram aprisionados por necessidade de sobrevivência.

Convém ressaltar que a educação como direito de cidadania básico passou a ser efetivado quando professores falam que antes do programa, os índices de faltas eram alarmantes. Porém, com materiais, roupas e alimentação os alunos conseguiram atravessar o portão da escola, mesmo que a escola ainda reflita as múltiplas desigualdades do capitalismo. Nesta situação, precisamos refletir sobre que expectativas podemos ter dessa complexa e antagônica educação? Mas antes é necessário pensarmos na necessidade de um envolvimento que se decline sobre a garantia dos direitos conquistados que hoje estão ameaçados, tendo em vista a organização de movimentos que possam combater esta hegemonia, que há séculos têm nos prejudicado com irônicos discursos e ações nefastas, que se aplicam como propulsores de nossa ascensão social, econômica e educacional.

Neste cenário, é possível dizer que estas ações que por muito tempo vem enterrando sonhos e perspectivas precisam ser estancadas. A escola, na responsabilidade de seu papel educativo deve conscientizar-se que é “um meio de abertura que dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução e de se reconhecer como capaz de opções. O direito à educação, nesta medida, é uma oportunidade de crescimento cidadão, um caminho de opções diferenciadas e uma chave de crescente estima de si” (CURY 2002, p. 260).

Em síntese, conclui-se a hipótese lançada. O PBF de maneira geral trouxe impactos positivos e de grande importância para a sociedade no que tange a efetivação de direitos sociais e até individuais. No entanto, importa salientar que existem rupturas e deficiências a serem corrigidas que compete as três esferas estatais, desde a municipal até a federal. Isso objetiva

dizer que as engrenagens a serem movimentadas devem ser coletivas para alcançar direitos, mas também realizar deveres no que compete a responsabilidade social do Estado quanto a ressignificação de sua criação, de maneira utópica que busque não apenas amordaçar os gritos dos subalternos que vivem nas condições sub-humanas, mas que inversamente objetive realizar o trabalho de programas educativos e emancipatórios aos cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Balço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Rita. **Teoria do capital humano e a qualidade da educação nos estados brasileiros**. Trabalhos de Conclusão de Curso. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25425>>. Acesso em: 15 de out. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “O problema maior é o de estudar”**. Educar em Revista n. 39, p. 279-292, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, jan. /abr. 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6. ed.- São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2016.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 5.209 DE 17 DE SETEMBRO DE 2004**. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. Lei 8.069/1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 2017.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF: MSD, 2015.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003**. Cria o programa bolsa família e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Cras oferece acesso a benefícios, programas e políticas públicas para toda população**. 2018. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/agosto/cras-oferece-acesso-a-beneficios-programas-e-politicas-publicas-para-toda-populacao>>. Acesso em 15 de out. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Guia de Ações para Geração Trabalho e Renda**. Brasília. 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **O Programa Bolsa Família – PBF**. Brasília, (DF) 2009 Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **O Programa Bolsa Família e a Gestão do Programa – PBF**. Brasília, (DF) 2009 Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/igd>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Bolsa Família e Cadastro Único no seu município**. Relatório gerando em 13/10/2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/crist/Desktop/150405-M%C3%83E%20DO%20RIO.pdf>>. Acesso em: 17/10/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Bolsa Família - Transferência de Renda e Apoio à Família no Acesso à Saúde, à Educação e à Assistência Social**. Brasília, (DF) 2013. Disponível em: <<http://mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: MDS, 2004. Disponível em: <[www.mds.gov.br/arquivos/pnas\\_final.pdf](http://www.mds.gov.br/arquivos/pnas_final.pdf)>. Acesso em 28/08/2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica**. Estudos Avançados, 23(66). 2009.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. 9. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FAGNANI, Eduardo. **As lições do desenvolvimento social recente no Brasil**. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 01/12/2011. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/as-licoes-do-desenvolvimento-social-recente-no-brasil/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed.-São Paulo: Atlas, 2008.

HÖFLING, Heloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo, 1984.

MACIEL, David. **O Governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992)**. Revista UFG / Ano XIII nº 11/ Dezembro 2011.

MARX, Karl, FRIEDRICH Engels. **O Manifesto do Partido Comunista**. 4. ed. - São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2004.

MADEIRO, Carlos. **Antes de reajuste anunciado por Temer, governo tira 392 mil famílias do Bolsa Família**. UOL notícias Política, Maceió. 01 de mai. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/05/01/antes-de-reajuste-anunciado-por-temer-governo-tira-392-mil-familias-do-bolsa-familia.htm>>. Acesso em: 17/10/2018.

MINCATO, Ramone. **Políticas Públicas e Sociais: uma abordagem crítica e processual.** Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências / org. Mara de Oliveira, Sandro Trescastro Bergue. - Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

OXFAM BRASIL, **Apresentação.** Disponível em: < <https://www.oxfam.org.br/quem-somos/oxfam-brasil>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PAIXÃO, Elizanete de Souza; OLIVEIRA, Lana Regina Cordeiro de. **Memórias de Mãe do Rio: outras histórias.** Belém – PA. Graphitte Editores, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; **Pobreza, desigualdade e políticas públicas:** caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **A Trajetória dos Programas de Transferência de Renda e seus desafios atuais.** Pensar BH. Política Social. Jun/2006.

\_\_\_\_\_. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; **Os Programas de Transferência de Renda e a Pobreza no Brasil:** superação ou regulação? R. Pol. Públ., v. 9, n. 1, p.251-278, jul./dez. 2005.

SILVA Andressa Hennig, FOSSÁ Maria Ivete Trevisan. **ANÁLISE DE CONTEÚDO:** exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. Qualit@s Revista Eletrônica Vol.17. No 1 (2015).

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2008.

SIMIONATTO, Ivete e COSTA, Carolina Rodrigues. **Estado, Luta de Classes e Política Social.** Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências / org. Mara de Oliveira, Sandro Trescastro Bergue. - Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

## APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL  
FACULDADE DE PEDAGOGIA

### **OS IMPACTOS EDUCACIONAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA E. M. E. F. SANTA MARIA DO MUNICÍPIO DE MÃE DO RIO – PA.**

Discente: Alcides Gomes Batista Neto

Orientador: Prof. Dr. Dario Azevedo dos Santos

### **QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

#### **DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO**

Nome:

Sexo:

Idade:

Série:

Tempo de inclusão no PBF:

1. Qual a sua concepção sobre o Programa Bolsa Família (PBF)?
2. Você conhece os objetivos que justificam a necessidade do PBF?
3. O que você acha sobre o cumprimento das condicionalidades exigidas pelo PBF?
4. Qual a sua concepção sobre a condicionalidade referente a educação?
5. Que contribuições o PBF trouxe para a sua formação educacional?
6. Alguma coisa mudou na sua vida após você se tornar beneficiário do PBF? Se sim, o quê?
7. O que o PBF trouxe para a sua vida que você considera mais importante?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL  
FACULDADE DE PEDAGOGIA

**OS IMPACTOS EDUCACIONAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA E.  
M. E. F. SANTA MARIA DO MUNICÍPIO DE MÃE DO RIO – PA.**

Discente: Alcides Gomes Batista Neto

Orientador: Prof. Dr. Dario Azevedo dos Santos

**QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DE ALUNOS BENEFICIÁRIOS  
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

**DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO**

Nome:

Sexo:

Idade:

Tempo de Profissão:

1. Qual a sua concepção sobre o Programa Bolsa Família (PBF)?
2. Você conhece os objetivos que justificam a necessidade do PBF?
3. O que você acha sobre o cumprimento das condicionalidades exigidas pelo programa?
4. Qual a sua concepção sobre a condicionalidade referente a educação?
5. O que você acha da relação Bolsa Família x Educação?
6. Que tipo de relação você percebe entre a escola e as famílias beneficiárias pelo PBF?
7. Você acha que o programa trouxe contribuições para o fortalecimento da educação das crianças e adolescentes que dele se beneficiam? Se sim, de que maneira?
8. Você percebe algum impacto na educação dos alunos beneficiários para os não beneficiários do PBF?

